



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

Centro de Ciências da Educação

CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA



ALINE DA SILVA

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES SEMÂNTICAS EM TESAUROS
JURÍDICOS BRASILEIROS: orientações das normas e aplicação
prática**

Florianópolis, 2013

ALINE DA SILVA

**ANÁLISE DAS RELAÇÕES SEMÂNTICAS EM TESAUROS
JURÍDICOS BRASILEIROS: orientações das normas e aplicação
prática.**

Projeto de trabalho de Conclusão do
Curso de Graduação em
Biblioteconomia, do Centro de Ciências
da Educação da Universidade Federal
de Santa Catarina, requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em
Biblioteconomia.
Orientação de: Prof. Marisa Bräscher.

Florianópolis, 2013

Ficha catalográfica elaborada pela acadêmica Aline da Silva do Curso de Graduação em Biblioteconomia da Universidade Federal de Santa Catarina.

S586a Silva, Aline da

Análise das relações semânticas em tesauros jurídicos brasileiros: orientação das normas e aplicação prática / Aline da Silva.- 2013.

--f.

Orientadora: Marisa Brascher, Dra.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação, Florianópolis, 2013.

1. Tesauros. 2. Normas de elaboração de tesauros. 3. Relações semânticas. I. Título

CDU 025.43



Este trabalho foi licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição – Não Comercial – Compartilha Igual - 3.0 - Não Adaptada.

Esta licença permite que outros modifiquem, adaptem e criem obras derivadas sobre a obra original, desde que com fins não comerciais e contanto que atribuam crédito ao autor e licenciem as novas criações sob os mesmos parâmetros. Toda nova obra feita a partir desta deverá ser licenciada com a mesma licença, de modo que qualquer obra derivada, por natureza, não poderá ser usada para fins comerciais.

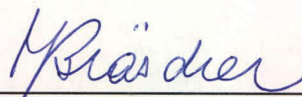
Acadêmica: Aline da Silva

Título: Análise das relações semânticas em tesouros jurídicos brasileiros: orientação das normas e aplicação prática.

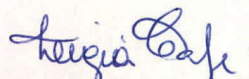
Trabalho de Conclusão do Curso de Biblioteconomia, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharela em Biblioteconomia.

Aprovado com a nota 10.

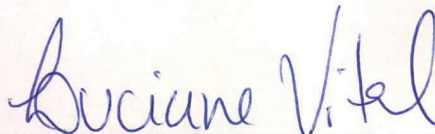
Florianópolis, 03 de julho de 2013.



Profa. Dra. Marisa Bräscher
Universidade Federal de Santa Catarina
Professora Orientadora.



Profa. Dra. Lígia Maria Arruda Café
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora.



Profa. Luciane Vital
Universidade Federal de Santa Catarina
Membro da Banca Examinadora.

À minha família e amigos que tanto amo,
pelo apoio e compreensão.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos meus pais e a minha irmã, que mesmo distantes me deram todo o apoio necessário para finalizar mais esta etapa da minha vida. Graças ao incentivo deles cheguei até aqui e estou me formando, foram os ensinamentos deles que me ajudaram a alcançar os meus objetivos. Vocês são a força que eu preciso para continuar no meu caminho e não desistir, obrigada por estarem sempre ao meu lado.

Agradeço aos meus amigos, àqueles que estão aqui em Florianópolis e aos de Rio do Sul, por todo o estímulo nas horas necessárias. Agradeço aos meus amigos da vida acadêmica, por estarem junto comigo e me ajudarem sempre que surgiam dúvidas. Vocês, com certeza, ficaram para sempre na minha vida. Obrigada por todos os momentos vividos juntos.

Agradeço de maneira especial todos os professores da graduação que durante os quatro anos de curso repassaram os seus conhecimentos para mim e meus colegas. Em especial, agradeço à professora Marisa, minha orientadora, por toda a ajuda nas horas necessárias, pela paciência quando necessária e por todo o conhecimento repassado. O que aprendi no desenvolvimento deste trabalho vai ficar marcado na minha experiência acadêmica e futuramente na profissional.

Muito obrigada à todos que estiveram junto em todo o caminho e ao incentivo e apoio recebidos. Que se inicie a próxima fase!

RESUMO

SILVA, Aline da. **Análise das relações semânticas em tesouros jurídicos brasileiros**: orientação das normas e aplicação prática. 2013. – f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

Este trabalho analisa relações semânticas em tesouros da área jurídica com o objetivo de verificar se as normas de elaboração de tesouros estão sendo empregadas na prática de elaboração de tesouros. A fundamentação teórica do trabalho aborda as linguagens documentárias, as funções e objetivos dos tesouros, as indicações das normas de elaboração de tesouros, as características das relações semânticas e as normas ANSI/NISO Z39.19-2005, Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues do IBICT e ISO 25964-1:2011. Os tesouros analisados são o Tesouro do Supremo Tribunal Federal, Vocabulário Jurídico Controlado do Supremo Tribunal de Justiça e o Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal. A pesquisa tem abordagem qualitativa de caráter exploratório. O *corpus* da pesquisa são os termos e relações semânticas da área do direito penal, extraídos dos três tesouros que foram objeto da pesquisa. A análise de dados baseia-se numa síntese das orientações das normas. Os resultados demonstram que os tesouros seguem as orientações das normas no aspecto das relações semânticas. Dessa forma, conclui-se que os tesouros analisados estão de acordo com as instruções contidas nas normas.

Palavras-chave: Tesouros. Linguagens documentárias. Relações semânticas. Normas de elaboração de tesouros.

ABSTRACT

SILVA, Aline da. **Analysis of semantic relationships in Brazilian legal thesauri:** guidance and practical application of standards. In 2013. - f. Completion of course work (Undergraduate Library) - Center for Science Education, Federal University of Santa Catarina, Florianópolis, 2013.

This paper analyzes the semantic relations of thesauri in the legal field in order to ensure that the standards of developing thesauri are being employed in the practice of developing thesauri. The theoretical work addresses the documentary languages, functions and objectives of the thesaurus, the indications of the development of thesauri standards, the characteristics of semantic relations and standards ANSI/NISO Z39.19-2005, Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues do IBICT and ISO 25964-1:2011. The thesauri are analyzed Tesouro do Supremo Tribunal Federal, Vocabulário Jurídico Controlado do Superior Tribunal de Justiça and Vocabulário Controlado Básico do Senado Federal. The research approach is qualitative exploratory. The research corpus are the terms and semantic relationships in the area of criminal law, thesauri extracted from the three that were the subject of research. The data analysis is based on the guidelines synthesis of standards. The results demonstrate that the thesauri follow the guidelines of the standards in respect of the semantic relationships. Thus, it is concluded that the thesauri are analyzed according to the instructions contained in the standards.

Keywords: Thesaurus. Indexing languages. Semantic relations. Development standards of thesauri.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Exemplo de uso do prefixo UP para relação de equivalência.....	40
Figura 2: Exemplo de uso do prefixo USE para relação de equivalência.....	41
Figura 3: Exemplo do uso da relação hierárquica.....	42
Figura 4: Exemplo do uso de termos irmãos das relações associativas.....	43
Figura 5: Exemplo de termo genérico em comum termo Circunstância atenuante específica.....	44
Figura 6: Exemplo de termo genérico em comum termo Circunstância atenuante genérica.....	45
Figura 7: Exemplo de termo genérico em comum termo Circunstância atenuante inominada.....	46
Figura 8: Exemplo de relação associativa processo e instrumento.....	47
Figura 9: Exemplo de relação associativa ação e resultado da ação.....	48
Figura 10: Exemplo de relação associativa ação e sujeito passivo.....	49
Figura 11: Exemplo de relação associativa de conceitos relacionados às suas propriedades.....	50
Figura 12: Exemplo de relação associativa de conceitos ligados por dependência causal.....	51
Figura 13: Exemplo de relação associativa de um artefato e suas partes.....	52

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS.....	14
2.2 TESAUROS	17
2.3 NORMAS	18
2.4 RELAÇÕES SEMÂNTICAS EM TESAUROS.....	20
2.5 TESAUROS SELECIONADOS.....	22
2.5.1 Tesouro do Supremo Tribunal Federal (TSTF)	22
2.5.2 Vocabulário Jurídico Controlado – Superior Tribunal de Justiça.....	23
2.5.3 Vocabulário Controlado Básico – Congresso Nacional.....	24
3 METODOLOGIA	25
3.1 CORPUS.....	26
3.2 ETAPAS.....	26
3.3 ÁREA E TERMOS PESQUISADOS	27
4 ANÁLISE DAS NORMAS	29
4.1 RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA.....	29
4.2 RELAÇÃO HIERÁRQUICA	31
4.3 RELAÇÃO ASSOCIATIVA	33
4.4 ISO 25964-1	36
5 ANÁLISE DOS DADOS	38
5.1 NÚMERO DE RELACIONAMENTOS.....	38
5.2 TIPO DE RELACIONAMENTOS	38
5.3 CONSISTÊNCIA	39
5.4 TEORIA <i>VERSUS</i> PRÁTICA	39
5.4.1 Relações de equivalência.....	40
5.4.2 Relação Hierárquica.....	41
5.4.3 Relações associativas	43
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	53
REFERENCIAS.....	54
APÊNDICE A	56
APÊNDICE B	57

1 INTRODUÇÃO

Nos dias de hoje nos deparamos com novas tecnologias de informação e comunicação em todos os locais da sociedade, a biblioteca e seus serviços não estão obstantes com relação a essas tecnologias, uma vez que influenciam a forma de atendimento ao público usuário. Diante disso, Lima (1998, p.11-12) afirma:

[...] com as novas tecnologias, um número cada vez maior de suportes para a informação é desenvolvido e a questão que se coloca cada vez mais presente não é em que suporte se encontra a informação, mas como ela deve ser representada e como se dá a sua recuperação.

Pode-se observar que a afirmação da autora foi feita no ano de 1998, porém ainda se adequa perfeitamente no contexto atual. O que se pode ressaltar é que de lá para cá a tecnologia foi cada vez mais introduzida nas bibliotecas, hoje em dia é difícil encontrar bibliotecas de grande porte que não façam uso destes novos recursos eletrônicos para padronização de dados e recuperação da informação. As novas tecnologias inseridas nas bibliotecas influenciam em práticas de tratamento da informação, como classificação, indexação e elaboração de resumos.

De acordo com IBICT (1993), para que haja eficácia na recuperação da informação nestes sistemas há a necessidade da utilização de uma linguagem documentária que esteja construída de acordo com os padrões. São as linguagens documentárias que possibilitam recuperação de informação mais precisa. O tesauro é um tipo de linguagem documentária que apresenta recursos de representação do conhecimento utilizados, sobretudo, para padronização da terminologia.

A linguagem documentária (LD) é utilizada para a adequação dos variados termos que são empregados pelos autores, indexadores e usuários em uma linguagem que seja única. A linguagem documentária tem como função primordial a padronização terminológica das linguagens utilizadas por autores, indexadores e usuários. De acordo com Cintra et al. (2002), é papel das linguagens documentárias possibilitar a comunicação entre o usuário e o sistema, por meio do controle de termos. Para que este objetivo seja cumprido e as linguagens documentárias realizem o controle de termos, se faz necessária à utilização das normas para a elaboração de tesauros.

As normas de elaboração de tesouros abrangem vários aspectos, sendo um destes as relações semânticas descritas como aquelas que ocorrem entre os termos de um tesouro. Estas relações são importantes para a organização das hierarquias, sinonímias e associações existentes entre os termos.

Atualmente, com a disponibilização de informações em meio digital e o crescimento do acesso às mesmas, se torna cada vez mais necessário que haja um controle de vocabulário para organizá-las em sistemas informacionais. Os tesouros têm como função auxiliar na organização e recuperação de informações. São instrumentos essenciais para o controle de vocabulário em sistemas de informação. Porém, apesar de existirem estudos na área, a aplicação desse instrumento ainda é pouco vista e conhecida pelo público usuário. Outro fator a ser observado é que, apesar de existir a normalização para a elaboração de tesouros, nem sempre é possível observar um padrão em suas relações semânticas. Dessa forma, entra em discussão se as relações semânticas e a forma como estas estão apresentadas em tesouros são compatíveis com as normas de elaboração de tesouros.

Partindo desse questionamento, este trabalho se propõe a analisar as relações semânticas em três tesouros nacionais da área do Direito a fim de verificar se os mesmos seguem as normas de elaboração de tesouros. A análise consiste em avaliar o mesmo conjunto de descritores, nos três tesouros selecionados, a fim de verificar se eles relacionam os termos da mesma forma e se seguem as indicações das normas. Com os resultados finais foi possível fazer uma conclusão referente à utilização ou não utilização de normas para definir padrões no estabelecimento de relacionamentos semânticos. Foi possível também verificar como as relações semânticas são aplicadas efetivamente em tesouros.

Este estudo analisa um conjunto de termos e seus respectivos relacionamentos em diferentes tesouros da área jurídica, tesouro do Supremo Tribunal de Justiça, tesouro do Supremo Tribunal Federal e do Vocabulário Controlado Básico do Congresso Nacional. Como questões de pesquisa propõem-se: os tesouros analisados seguem as normas de elaboração de tesouros com relação às relações semânticas? Como as normas de elaboração de tesouros definem os parâmetros para as relações semânticas? Como essas relações são aplicadas em tesouros?

O trabalho tem como objetivo geral analisar as relações semânticas presentes em tesouros brasileiros e verificar como a teoria é apresentada nas normas e diretrizes de elaboração de tesouros e como está sendo implantada na prática. Como objetivos específicos a pesquisa pretende:

- a. mapear os tipos de relações semânticas em metodologias, normas e manuais de elaboração de tesouros;

- b. sistematizar parâmetros para estabelecimento de relações semânticas em tesouros; e
- c. analisar os parâmetros estabelecidos em tesouros já elaborados.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O assunto que alicerça a pesquisa são os tesouros e para introduzi-lo inicia-se esta seção discursando sobre as linguagens documentárias (LD). Em seguida se faz a contextualização dos tesouros, seus conceitos e funções, tema principal da pesquisa. A fundamentação teórica também discorre sobre as normas que regulamentam a elaboração de tesouros, analisadas no estudo. Posteriormente, ainda nesta seção abordam-se as relações semânticas, foco principal da análise realizada na pesquisa e por fim, descrevem-se os tesouros analisados.

2.1 LINGUAGENS DOCUMENTÁRIAS

A comunicação teve o seu princípio com os homens das cavernas que inicialmente se comunicavam por grunhidos e gestos, mas que, em determinado momento, começaram a relacionar os objetos e o seu uso, criando assim uma forma primitiva e simples de linguagem. Essa forma simples de linguagem inicial se tornou com o passar do tempo um conjunto de símbolos com significados, as palavras. Dahlberg (1978, p.101) discursa sobre esse conjunto de símbolos:

Desde que o homem foi capaz de pensar e de falar, empregou palavras (conjunto de símbolos) para designar os objetos de sua circunstancia assim como para traduzir os pensamentos formulados sobre os mesmos. [...] a linguagem constitui a capacidade do homem designar os objetos que o circundam assim como de comunicar-se com os seus semelhantes.

Os símbolos utilizados para a comunicação entre pessoas tornam-se um registro de ideias, pensamentos, teses e novas teorias que são registrados e guardados em documentos em meio impresso ou online. Para que se possa recuperar as informações presentes nos documentos faz-se necessária a utilização de uma linguagem documentária.

Segundo Cintra et al. (2002), as linguagens documentárias são sistemas de símbolos destinados a “traduzir” o conteúdo presente nos documentos, podendo representar as informações contidas nos textos, tornando assim possível a

comunicação entre o usuário e o sistema. As linguagens documentárias auxiliam para que exista uma comunicação mais fácil entre o conteúdo do documento e a recuperação, como aborda TRISTÃO (2004, p.162):

[...] são sistemas artificiais de signos normalizados que permitem representação mais fácil e efetiva do conteúdo documental, com o objetivo de recuperar manual ou automaticamente a informação que o usuário solicita. Entende-se que as linguagens documentárias é que farão a comunicação entre a linguagem natural dos usuários e a unidade de informação, elas são utilizadas para representar o conteúdo dos documentos, por isso alguns autores as definem como sistemas simbólicos instituídos, que visam facilitar a comunicação.

De forma mais concisa, Lima (1998, p.19) afirma que a “[...] linguagem documentária, é um instrumento construído pelo sistema de informação que tem por função representar a informação contida nos documentos do seu acervo”. Sendo assim, as linguagens documentárias tem a função de recuperar as informações em sistemas de informação, fazendo com que a linguagem do usuário e a do autor conectem-se.

A linguagem documentária possui também um papel como instrumento de comunicação e para isso, segundo Lara (2004), a linguagem documentária deve possuir algumas características: funcionar como um código inteligível e fonte para interpretação de sentido; caracterizar-se como uma metalinguagem e levar em conta o usuário como integrante de todo o processo. De acordo com a autora, a linguagem documentária deve ser um código acessível, principalmente para o usuário.

De acordo com Cintra et al. (2002), as linguagens documentárias podem ser constituídas de relações hierárquicas, genéricas, específicas e partitivas, e as não-hierárquicas ou associativas. As relações genéricas representam uma identidade parcial das características das noções superordenadas e subordinadas nelas envolvidas, as relações específicas compartilham as mesmas características da noção que lhes é superordenada e apresentam uma característica, ou mais, que as diferencia. Já na relação partitiva, o termo superordenado se refere a um conceito considerado como um todo e os subordinados a conceitos considerados como suas partes. As relações não hierárquicas ou associativas indicam alguma ligação entre os termos que estão em campos semânticos diferentes.

Para Bräscher e Carlan (2010), os Sistemas de Organização do Conhecimento (SOC's) são objetos de interesse da Ciência da Informação por cumprirem um papel de padronização da terminologia utilizada para a organização e recuperação de

informações, pois delimitam o uso de termos e definem conceitos e relações de determinada área do conhecimento. Carlan e Bräscher (2011, p.55) definem sistemas de organização do conhecimento como:

[...] instrumentos que fazem a tradução dos conteúdos dos documentos originais e completos para um esquema estruturado sistematicamente, que representa esse conteúdo com a finalidade principal de organizar a informação e o conhecimento e, conseqüentemente, facilitar a recuperação das informações contidas nos documentos.

Os sistemas de organização do conhecimento são os instrumentos utilizados para organizar a informação, como por exemplo, os vocabulários controlados, tesouros, taxonomias e sistemas de classificação. De acordo com Hodge (2000 apud Bräscher e Carlan 2010), os sistemas de organização do conhecimento englobam todos os instrumentos que são utilizados para organizar a informação e promover o gerenciamento do conhecimento. Segundo as autoras, os sistemas de organização do conhecimento:

Incluem os esquemas de classificação que organizam materiais em nível geral (como livros em estantes), cabeçalhos de assunto que provêm acesso mais detalhado e listas de autoridade que controlam versões variantes de chaves de acesso à informação (nomes geográficos e nomes de pessoas). Incluem, ainda, esquemas menos tradicionais, tais como redes semânticas e ontologias.

Carlan e Bräscher (2011) afirmam que para dar suporte ao desenvolvimento dos sistemas de organização do conhecimento se faz necessária uma análise das necessidades dos usuários do sistema, a identificação do tipo de sistemas de organização do conhecimento apropriada, além do desenvolvimento de um hardware a um software que seja adequado à arquitetura da rede, a sua integração e a sua manutenção. Dessa forma, ainda de acordo com as autoras, pode-se afirmar que sistemas de organização do conhecimento é uma nova denominação para as linguagens documentárias, pois agregam os elementos incorporados nas inovações tecnológicas da era digital. Boccato (2011) afirma que os sistemas de organização do conhecimento são instrumentos que possibilitam a organização de estruturas semânticas de conhecimentos e, dessa forma, exigem normas e metodologias adequadas de construção e atualização para finalidades específicas.

2.2 TESAUROS

O termo tesouro vem do latim *thesaurus*, que significa tesouro, no caso tesouro seria então um “tesouro de palavras”. Segundo Pereira (2005), o termo tesouro se popularizou a partir do ano de 1852, com a publicação do livro “*Thesaurus of English Words and Phrases*”, do autor inglês Peter Mark Roget, em que o subtítulo ajuda a esclarecer o conteúdo da publicação: “palavras classificadas e arranjadas para facilitar a expressão das ideias e para ajudar na composição literária”.

Ainda de acordo com a mesma autora, “Ao contrário dos tradicionais dicionários de língua, nos quais se parte de uma palavra para saber os significados que ela pode ter, no Thesaurus de Roget parte-se de um significado, de uma ideia, para se chegar às palavras que melhor a representem.” (Pereira, 2005, p.26).

Os tesouros vêm sendo cada vez mais utilizados para a organização do conhecimento e recuperação de informações, sendo que a sua principal função é auxiliar o usuário no controle de vocabulário de determinada área do conhecimento. Um tesouro, para TRISTÃO (2004, p. 167), “nada mais é do que uma seleção de termos, baseados em análise de conceitos, na qual se define o termo geral, de maior abrangência, e sua relação com os termos mais específicos, que representam os conceitos menores”.

Cavalcanti (1978, p.27) define tesouro como uma lista estruturada de termos associados emprestada por analistas de informação e indexadores, para descrever um documento com a desejada especificidade, em nível de entrada, e para permitir aos pesquisadores a recuperação da informação que procuram. (CARLAN, 2011, p. 56)

Motta, (1987 apud TRISTÃO, 2004) define tesouro como um vocabulário de termos controlados, também conhecidos como descritores, que estão relacionados genérica e semanticamente e tratam sobre uma determinada área do conhecimento. De acordo com Pereira (2005, p.25) o tesouro é mais “comumente usado para buscas especializadas e não para a indexação, propriamente dita [...]”.

De acordo com IBICT (1993), pode-se definir tesouro para a área da Ciência da Informação, sob dois aspectos: o primeiro é sob a estrutura, que se define como um vocabulário controlado e dinâmico de termos que estão relacionados semântica e genericamente e que cobrem um domínio do conhecimento; e o segundo como um

dispositivo que tem a função de controle terminológico utilizado na tradução da linguagem natural dos documentos, usuários ou indexadores em uma linguagem do sistema de informação.

Para Carlan e Bräscher (2011), no contexto da documentação o tesouro pode ser considerado um instrumento de controle terminológico eficaz na organização do conhecimento, além de ser uma ferramenta importante para o tratamento e recuperação da informação.

Existem três formas de caracterizar os tesouros: quanto à sua língua, se são monolíngues ou multilíngues; quanto ao nível de especificidade, podendo ser um macrotesouro com conceitos mais amplos ou um microtesouros com conceitos específicos e ainda quanto ao assunto tratado.

De acordo com IBICT (1993), os termos utilizados para expressar os conceitos também são chamados de descritores, e os demais termos que não são utilizados são chamados de não-descritores e formam o conjunto de remissivas do tesouro. Segundo essa mesma publicação, um tesouro é composto por três partes, os termos que são os conceitos e significações; a estrutura entre estes em que estão presentes as ligações e a vinculação dos conceitos por meio das relações hierárquicas ou não-hierárquicas, e do conjunto de remissivas que é responsável por relacionar os termos entre si e indicar qual o melhor termo a ser utilizado.

A elaboração de tesouros exige um esforço coletivo, pois as linguagens são únicas em cada área do conhecimento, e também sofrem modificações constantes à medida que as linguagens evoluem.

2.3 NORMAS

Para a elaboração e construção de tesouros existem normas e padrões internacionais a serem seguidos para que se proporcione a normalização das relações existentes e formas de apresentação. Segundo Carlan e Bräscher (2011), as normas internacionais ISO 2788 de 1986, a ISO 5964 de 1985 e a norma ANSI/NISO Z39.19-2003 tratam sobre a construção, formatação e manutenção de tesouros. Ainda de acordo com a autora a estrutura dos tesouros pode ser dividida em duas, a base teórica e a base técnico operacional.

[...] base teórica é a essência e a fundamentação para a construção de tesouros: conceito, termo, categorias e faceta. Base técnico-operacional abordagem mais prática no desenvolvimento de tesouros: planejamento, coleta de termo, controle terminológico, estabelecimento de relações entre conceitos e formas de divulgação e publicação. (CARLAN; BRÄSCHER, 2011, p. 56)

Essas duas bases são abordadas nas normas internacionais, que servem como diretrizes para a elaboração e manutenção dos tesouros. É de acordo com estas normas e seus conceitos que os tesouros serão analisados. Para a análise dos tesouros foram selecionadas as três normas citadas, a ANSI/NISO Z39.19-2005: *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*, as Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues, que é a tradução da norma ISO 2788-1974: *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*, e a ISO 25964-1 *Information and Documentation – Thesauri and Interoperability with other vocabularies*.

A norma da ANSI/NISO Z.39.19 foi elaborada pela *National Information Standards Organization* (NISO) e pertence ao *American National Standards Institute* (ANSI). A sua primeira versão foi publicada em 1974, tendo revisões posteriores nos anos de 1980, 2003 e 2005. A versão utilizada como base neste trabalho é a de 2005, nomeada como ANSI/NISO Z39.19-2005 – *Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies*. A proposta desta norma é estabelecer diretrizes para a construção, formato de apresentação e gerenciamento de vocabulários controlados. A norma é composta ao todo por onze seções e seis apêndices. De acordo com a norma podem ser identificados três tipos de relacionamentos entre os termos: relações de equivalência, hierárquicas e associativas, que podem ser definidas de acordo com determinadas particularidades. No capítulo 8, intitulado relacionamentos, discorre-se sobre cada uma das relações em particular explicando como são estabelecidas.

As diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues é uma tradução do original em inglês *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*, 2ª edição. A versão foi publicada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), no ano de 1993. A norma tem como objetivo principal fornecer subsídios para a compatibilização na elaboração de tesouros. É composta por dez seções e um apêndice, apresentando as relações semânticas no capítulo 8, intitulado relações básicas em um tesouro. A norma identifica três tipos de relações semânticas, as de equivalência, as hierárquicas e as associativas.

A ISO 25964-1, *Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies – Part 1: Thesauri for information retrieval*, foi elaborada pela ISO (International Organization for Standardization). A sua primeira edição é do ano de 2011 e cancela e substitui as normas ISO 2788:1986 e ISO 5694:1985, que foram fundidas e revistas. A ISO 25964 propõe fazer a transição necessária, entre o papel e o eletrônico, a fim de ser compatível com o mundo da gestão da informação eletrônica. A parte 1 da norma, publicada em 2011, possui dezoito seções, além de dois anexos. A ISO 25964-1:2011 apresenta os três tipos de relações semânticas, de equivalência, hierárquica e associativa, e traz as relações em seções diferentes. A relação de equivalência é apresentada em uma seção única, a número 8, denominada *The equivalence relationship, in a monolingual context* e na seção 10 apresenta as relações hierárquicas e associativas, na seção *Relationships between concepts*.

As três normas trazem as mesmas definições para as relações semânticas que devem estar presentes em tesouros: as relações de equivalência, hierárquica e a associativa. Porém, se faz necessária uma análise mais completa para saber se as relações são descritas da mesma forma. Todas as normas apresentam definições e exemplos mais específicos de cada uma das relações, esta análise será feita posteriormente no desenvolvimento do trabalho. Por hora é possível verificar que as normas definem as mesmas regras de elaboração no que diz respeito às relações semânticas existentes em tesouros.

2.4 RELAÇÕES SEMÂNTICAS EM TESAUROS

Existem diretrizes e normas que estabelecem regras para a elaboração de tesouros, essas diretrizes apresentam os elementos presentes em um tesouro e as relações semânticas existentes entre os conceitos. De acordo com IBICT (1993), “As relações semânticas se manifestam por implicação, pois fazem parte de estruturas de referência comuns e compartilhadas”. Essas relações são estabelecidas de acordo com a análise dos termos, ou palavras.

Segundo Café e Bräscher (2011, p.25) “As relações semânticas são estabelecidas por meio da análise das características ou propriedades dos conceitos, as quais permitem identificar diferenças e semelhanças que evidenciam determinados tipos de relacionamentos”. De acordo com essas análises de características dos termos é possível identificar qual o tipo de relacionamento utilizado em cada termo presente em um tesouro. Um termo presente em um tesouro pode ser caracterizado

de maneiras diferentes dependendo do assunto em questão e também do tipo de sistema que se deseja construir.

A estrutura dos tesouros compreende três tipos principais de relações semânticas para relacionar os termos: a hierarquia, a equivalência e a correlação. As autoras Tálamo, Lara e Kobashi (1992) apresentam as três relações em seu artigo. Nas relações hierárquicas os termos são organizados de acordo com a extensão de seus conceitos e variam segundo a especificidade de cada área. Segundo Tálamo, Lara e Kobashi (1992, p.200):

[...] os termos são dispostos segundo a extensão relativa dos conceitos correspondentes aos desertores: TT (Top Term), TG (Termo genérico) e TE (Termo específico), correspondendo à aplicação das divisões gênero/espécie e todo/parte, principalmente.

As relações de equivalência são as relações de sinonímia, em que há termos sinônimos presentes no tesouro e deve-se indicar qual o termo adequado para representar determinado conceito. As relações de equivalência são representadas pelos símbolos Use e UP (Usado para). Por último as correlações apresentam associações entre os termos, sem especificar qual o tipo de relação propriamente existe, são apenas termos que se relacionam de alguma forma. As correlações são representadas pelos símbolos TR (Termo relacionado) ou TA (Termo associado).

Em seu livro Cintra et al. (2002), aborda as relações linguísticas, separando-as em polissemia e ambiguidade, sinonímia e hiponímia. Segundo a autora, a ambiguidade pode ser “entendida como a possibilidade de uma comunicação linguística se prestar a mais de uma interpretação” (p.55), são esses os casos de palavras como companhia, que pode ser uma empresa ou a companhia de alguma pessoa. Sobre polissemia a autora destaca que ocorre quando uma palavra pode comportar mais de um significado. De acordo com Cintra (2002), a ambiguidade e a polissemia são confundidas, mas na linguagem documentária a ambiguidade é facilmente tratada com modificadores que auxiliam na contextualização do sentido, como por exemplo, planta (botânica) e planta (arquitetura). Já para conseguir neutralizar a polissemia, segundo a autora, é preciso se utilizar de dois recursos: a elaboração de redes relacionais e o estabelecimento de definições e notas de escopo.

Seguindo com as definições apresentadas por Cintra (2002) em seu livro, a sinonímia é uma relação de equivalência entre duas palavras. Segundo a autora, “x equivale a y indica que x pode, em determinadas circunstâncias, substituir y” (CINTRA et al. 2002, p.59). Para a autora esse tipo de relação é importante para a compreensão

de uma linguagem documentária, além de auxiliar na normalização da polissemia, ao indicar que algumas palavras com significados próximos podem se expressar por um mesmo termo. Na elaboração de tesouros, dois termos são considerados sinônimos quando tem a possibilidade funcional de se substituírem. A sinonímia visa remeter os usuários de um termo que é não-preferencial para um termo preferencial, que é selecionado.

Cintra (2002) explana, ainda, que a relação de hiponímia é a categoria de inclusão que permite reunir unidades em uma classe. De acordo com a autora existem dois termos: o superior, superordenado e o inferior, hipônimo. A leitura e compreensão da hiponímia pode ser feita segundo a fórmula “x é uma espécie (ou tipo) de y”. Essa relação permite verificar que um termo pertence ou subordina-se a um termo mais geral.

De acordo com o que foi apresentado, é possível observar que as normas trazem as mesmas definições e relacionam os mesmos tipos de relações semânticas: relações de equivalência, hierárquicas e associativas.

2.5 TESAUROS SELECIONADOS

Para analisar e avaliar se as normas de elaboração de tesouros estão sendo aplicadas corretamente partiu-se da análise de uso das relações semânticas em três tesouros de esfera nacional da área de Direito, que estão descritos a seguir.

2.5.1 Tesouro do Supremo Tribunal Federal (TSTF)

O Tesouro do Supremo Tribunal Federal (TSTF) está disponível em linha no sítio¹ do Supremo Tribunal Federal e tem como objetivo o controle terminológico da área jurídica para a padronização da informação. Em sua breve apresentação são descritos os tipos de relacionamento constantes no tesouro. É adotado como descritor o termo escolhido para representar um conceito e que será utilizado na indexação e recuperação de um assunto. Quando há outros termos que representam os mesmos conceitos, antes do termo descritor é utilizada a sigla USE, da mesma forma que antes de cada termo não-descritor consta a sigla UP.

¹ Endereço: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/pesquisarVocabularioJuridico.asp>

O tesauro faz uso da nota explicativa (NE), que fornece uma definição do termo ou uma orientação sobre a utilização para a indexação. As relações hierárquicas são apresentadas entre termos com relação gênero-espécie, sendo que termo genérico (TG) é o conceito mais abrangente e termo específico (TE) são os termos subordinados. As relações associativas são relações entre termos que não possuem uma hierarquia gênero-espécie, mas que são associadas mentalmente, de forma automática. Seu objetivo é orientar o indexador para possibilidades de conexão de descritores e para sugerir ao usuário formas de limitar ou expandir sua pesquisa.

O TSTF ainda possui outro elemento, Categoria (CAT), que organiza do tesauro em três grandes grupos de categorias, sendo estas: ramos do direito (direito civil, direito constitucional); especificadores (agrupam termos que restringem o conceito de um descritor, revelando a situação concreta em que o descritor foi empregado) e os identificadores (agrupam nomes de pessoas, instituições, países, programas, etc.).

2.5.2 Vocabulário Jurídico Controlado – Superior Tribunal de Justiça

O vocabulário controlado adotado pela Secretaria de jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está disponível em linha no sítio² do STJ e é composto por termos que possibilitam a recuperação de informações com maior precisão, flexibilidade e uniformidade, pois padroniza a linguagem. A sua base foi feita a partir do anterior Tesauro Jurídico que havia sido elaborado pela Comissão Técnica de Jurisprudência. Os objetivos deste tesauro são: maximizar o uso da informação jurisprudencial, atingindo níveis crescentes de acessibilidade para usuários internos, ministros e servidores, outros órgãos dos Poder Judiciário, advogados e público em geral; atingir maior uniformidade e flexibilidade no tratamento da informação e facilitar o intercâmbio da informação entre sistemas e bases de dados, possibilitando uma integração mais abrangente. O Tesauro é considerado um instrumento importante no tratamento da informação por permitir a padronização da linguagem. Tem-se como ideia proporcionar ao usuário uma maior precisão na busca da informação. O Tesauro contém aproximadamente 12.500 termos, sendo constantemente atualizado.

O tesauro adota como descritores termos autorizados para representarem os conceitos, optando-se por utilizar a terminologia usualmente empregada pelos ministros, selecionada dos acórdãos incluídos na base de dados da jurisprudência do STJ. Os termos

² Endereço: <http://www.stj.jus.br/SCON/servlet/ThesMain>

descritores expressam pelo símbolo UP o uso proibido de um descritor. Os termos não-descritores representam os mesmos conceitos que os descritores, porém não são autorizados para uso no tratamento da informação, indicando apenas sinonímia. Estes termos são representados pela indicação do termo correspondente, pelo símbolo USE. É feito o uso de modificadores que são termos utilizados para modificar ou complementar o descritor principal. O tesauro foi organizado em categorias e subcategorias, utilizando-se para essa estruturação as subdivisões dos textos legais.

As relações hierárquicas representam graus de superordenação e subordinação entre os conceitos, o termo superordenado representa o conceito mais abrangente do qual o termo subordinado é um tipo. Essas relações são representadas pelos símbolos TG, termo genérico e TE, termo específico. Esse tipo de relação permite também que se faça o uso da polihierarquia, que admite que um termo específico possua uma relação direta com mais de um termo genérico. As relações associativas ocorrem entre termos que não possuem uma hierarquia e nem são equivalentes, porém são associados mentalmente tão facilmente que se deve tornar essa relação explícita no Tesauro. O símbolo TR, termo relacionado, representa essa associação.

2.5.3 Vocabulário Controlado Básico – Congresso Nacional

O Vocabulário Controlado Básico (VCB) é a linguagem documental que é utilizada pela Rede Virtual de Bibliotecas do Congresso Nacional para manter a uniformidade da indexação e da recuperação das informações de sua base de dados bibliográficos. A VCB possui cerca de 9.500 descritores dos campos do conhecimento científico, com destaque para as Ciências Sociais, com ênfase no Direito. O site³ em que foram disponibilizadas estas informações não possuía maiores informações sobre o tesauro e também não fornecia nenhum link para o mesmo. No site do Congresso Nacional foi possível encontrar o link⁴ referente ao Tesauro VCB. Verificando as duas páginas, não foi constatada nenhuma informação referente às relações semânticas presentes no tesauro e a sua organização. Assim sendo, o tesauro deixa de cumprir uma das instruções das normas, que é a apresentação do tesauro como um todo, incluindo suas relações semânticas.

³ Endereço: http://www.senado.gov.br/senado/biblioteca/rvbi/vcb_autr.asp

⁴ Endereço: <http://tinyurl.com/bkbksu5>

3 METODOLOGIA

Esta seção irá descrever a caracterização da pesquisa, a identificação do *corpus*, as etapas que foram realizadas para atingir os objetivos da pesquisa, a delimitação da área e o conjunto de termos selecionados.

A presente pesquisa se caracteriza como qualitativa, tendo caráter exploratório. A pesquisa qualitativa busca um maior conhecimento acerca da realidade do assunto abordado, para que se realize uma interpretação do mesmo. A pesquisa de caráter qualitativo surgiu nos últimos trinta anos, nas áreas de antropologia e sociologia, ganhando mais espaço em outras áreas posteriormente. **DA ONDE VEIO ISSO?** Por ser um tipo de pesquisa recente, ainda há diferenças entre autores sobre o método, a forma e aos objetivos. De acordo com Neves (1996), a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada ao longo do seu desenvolvimento, é um tipo de pesquisa que também não procura enumerar ou medir eventos, nem emprega usos estatísticos para análise dos dados, o seu foco de interesse é amplo. Nesse tipo de pesquisa é frequente que o pesquisador procure entender os fenômenos que estão sendo abordados.

Os métodos qualitativos trazem como contribuição à pesquisa uma mistura de procedimentos racionais e intuitivos que contribuem para a melhor compreensão dos fenômenos. Godoy (1995 apud Neves 1996) ressalta a diversidade entre os trabalhos qualitativos e enumera um conjunto de características para identificar esse tipo de pesquisa, sendo elas: o ambiente natural como fonte direta de dados e os pesquisadores como instrumento fundamental; caráter descritivo; significado que as pessoas dão as coisas e a sua vida como preocupação do investigador e o enfoque indutivo. Na pesquisa a ser desenvolvida tem-se como principal característica o caráter descritivo.

De acordo com Raupp e Bauren (2006), considera-se a pesquisa de caráter exploratório quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada e pretende-se conhecer com maior profundidade o assunto. Busca-se tornar mais claro o assunto da pesquisa, como também construir questões importantes para a condução da mesma. Esse tipo de pesquisa pretende proporcionar uma visão geral acerca de determinado assunto. Para Raupp e Bauren (2006, p.80) “[...] a pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatória anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficiais abordadas sobre o assunto”.

Para a pesquisa ser considerada de caráter exploratório tem-se a necessidade de encontrar algo que precisa ser esclarecido ou explorado. No caso deste trabalho pode-se

considerar exploratório, pois a pesquisa busca explorar mais sobre as relações semânticas em tesouros brasileiros, um assunto pouco abordado na literatura da área. Andrade (2002) ressalta algumas finalidades essenciais, como: proporcionar maiores informações sobre o assunto a ser investigado; facilitar a delimitação do tema de pesquisa; orientar a fixação dos objetos e a formulação de hipóteses ou descobrir um novo enfoque para o assunto. Dessa forma a pesquisa a ser elaborada possui caráter exploratório com a intenção de proporcionar aos estudantes e pesquisadores da área maiores informações sobre o assunto a ser investigado.

Para tanto, objetivou-se mapear os tipos de relações semânticas em metodologias, normas e manuais de elaboração de tesouros. Dessa forma foi realizado um levantamento teórico sobre o estabelecimento das relações semânticas em normas de elaboração de tesouros. Deste levantamento foram identificadas três normas a serem utilizadas para esta pesquisa, duas internacionais e uma diretriz nacional baseada em uma norma internacional: a ANSI/NISO Z39.19-2005: *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*, as Diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues e a ISO 25964-1, *Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies*. Para alcançar um dos objetivos da pesquisa foi realizada uma análise comparativa das três normas, com relação à apresentação e normalização das relações semânticas, e desta análise resultou uma síntese, utilizada para a análise e comparação dos tesouros.

3.1 CORPUS

O *corpus* desta pesquisa foi composto por um conjunto de termos extraídos dos tesouros analisado: o Tesouro do Supremo Tribunal Federal, o Vocabulário Jurídico Controlado do Superior Tribunal de Justiça e o Vocabulário Controlado Básico do Congresso Nacional. Estes tesouros são fontes de pesquisa importantes para a área jurídica da administração pública nacional e também importantes na área da Ciência da Informação, pois são tesouros utilizados em esfera nacional.

3.2 ETAPAS

Para atingir os objetivos da pesquisa, foram definidas algumas etapas de acordo com os objetivos.

O primeiro objetivo foi mapear os tipos de relações semânticas em metodologias, normas e manuais de elaboração de tesouros, para concretizá-lo foi realizado um levantamento teórico sobre o estabelecimento das relações semânticas em normas de elaboração de tesouros. Deste levantamento foram identificadas três normas, a ANSI/NISO Z39.19-2005: *Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies*, as Diretrizes para o Estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues, que utiliza como base a norma ISO 2788-1974: *Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri*, e a ISO 25964-1 *Information and Documentation – Thesauri and Interoperability with other vocabularies*. As três normas foram utilizadas para fazer uma análise de como as relações semânticas devem ser estabelecidas em um tesouro.

O segundo objetivo foi sistematizar parâmetros (um padrão) para estabelecimento de relações semânticas em tesouros. Para realizar esta etapa foi feita uma análise do que as normas indicam para o estabelecimento de relações semânticas em tesouros. Para isso foram levantadas todas as características das relações semânticas em tesouros e apresentadas em forma de síntese. Essa síntese foi utilizada como base para a análise dos tesouros selecionados.

O terceiro objetivo é analisar os parâmetros estabelecidos e sua aplicação nos tesouros selecionados. Para tanto, foram analisados termos e relacionamentos nos três tesouros, à luz das recomendações e formas de apresentação das relações semânticas que são indicadas pelas normas.

3.3 ÁREA E TERMOS PESQUISADOS

A grande área escolhida foi o direito, pois os tesouros possuem maior ênfase em termos desta ciência, apesar de possuírem alguns outros ligados à economia e administração. O conjunto de descritores que foram analisados são aqueles constantes na categoria Direito Penal, presente nos três tesouros analisados.

A seleção da amostra de termos que foram utilizados para fazer a análise se deu por amostragem aleatória simples. De acordo com Nazareth (1996), é o tipo de amostragem probabilística mais utilizada, dando eficácia e exatidão à amostragem. A autora afirma que este é um procedimento fácil de ser aplicado e todos os elementos tem a mesma probabilidade de pertencerem à amostra, lista a ser utilizada para análise. Uma das maneiras mais utilizadas para se obter a amostra é o método de sorteio, no qual são escolhidos os termos até que a amostragem esteja completa.

Neste método basta elaborar uma lista dos elementos da população e numerá-los, depois se deve fazer o sorteio, dessa forma todos tem a mesma probabilidade de serem sorteados e não há repetições.

Para iniciar a seleção dos termos, primeiro fez-se a análise dos três tesouros, constatando que apenas o Tesouro do Supremo Tribunal Federal trazia uma lista constando todos os termos da categoria a ser analisada, Direito Penal. Assim sendo, tomou-se por base essa lista para a seleção dos termos. Tendo em vista que a lista da categoria Direito Penal possuía um total de 1.419 termos, propôs-se a análise de apenas 10% dos dados. Dessa forma a análise contaria com 142 termos, porém esse número ainda era muito grande para o pouco tempo de realização da pesquisa. Assim sendo determinou-se que o número de termos seria definido conforme a consistência dos termos utilizados e a existência de relacionamentos que justificassem a análise, resultando num total de 20 termos selecionados.

Inicialmente a amostra foi selecionada de forma aleatória simples, por sorteio, mas foi necessário, posteriormente, utilizar uma amostragem intencional. A amostragem intencional é uma estratégia que pode ser escolhida em casos no qual devem ser incluídos na amostra resultados que sejam satisfatórios para a necessidade do estudo. O estudo realizado teve a necessidade de fazer a amostragem intencional, pois havia a necessidade de que os termos que constituíam na amostra selecionada estivessem presentes nos três tesouros avaliados.

Inicialmente os termos foram escolhidos de forma aleatória no tesouro do STF e depois foi analisado se os termos selecionados na amostra também constavam no tesouro do STJ e no VCB do Senado Federal. Caso o termo sorteado estivesse presente nos outros dois tesouros ele era selecionado para compor a amostra e, nos casos em que o termo não constava em algum dos outros dois tesouros, era realizado um novo sorteio.

Com a escolha dos termos, foram designados cinco itens a serem analisados: o número de relacionamentos existentes do termo em cada um dos tesouros, os tipos de relacionamentos, a consistência, o que é prescrito na norma e o que o tesouro apresenta, e quais os tipos de termos relacionados que são apresentados.

4 ANÁLISE DAS NORMAS

Este item aborda a análise de como cada uma das três normas selecionadas define os tipos de relações semânticas nos tesouros. As três normas utilizadas são: diretrizes para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues, ANSI/NISO Z39.19-2005, Guidelines for the Construction, Format, and Management of Monolingual Controlled Vocabularies e a ISO 25964-1, Information and documentation – Thesauri and interoperability with other vocabularies. Observou-se que as três normas analisadas adotam basicamente as mesmas definições, apresentado alguns exemplos diferentes. A norma que possui maior diferença é a ISO, em alguns aspectos. Segue a síntese sobre a análise.

4.1 RELAÇÃO DE EQUIVALÊNCIA

A relação de equivalência é definida nas três normas analisadas como a relação entre o termo preferido e o termo não-preferido. O conceito de termo preferido e não-preferido é aplicado quando dois ou mais termos são considerados, para fins de indexação, referentes ao mesmo conceito. Esse tipo de relação é representado pela palavra USE, no caso do termo preferido e pela sigla UP (Usado Para), quando o termo é o não-preferido.

Essa relação cobre dois tipos de termos, os sinônimos e os quase-sinônimos. Os termos que possuem a sinonímia são aqueles que possuem significados que podem ser considerados iguais em variados contextos, sendo, portanto intercambiáveis. Os termos denominados preferidos devem ser selecionados de acordo com as necessidades dos usuários e a escolha deve manter-se constante. São apresentadas nas três normas analisadas nove classes de relação de sinonímia, como apresentadas a seguir. Os exemplos utilizados são os apresentados na norma das Diretrizes, (1993):

- a. Termos de origem linguística diferente: poliglota e multilíngue
- b. Nomes populares e nomes científicos: pinguins e enfenisciformes
- c. Substantivos comuns e nomes comerciais: fotocópia e xerox
- d. Nomes variantes para conceitos novos: deletar e remover
- e. Termos preferidos *versus* termos antiquados: radio e radiocomunicação/ países em desenvolvimento e países subdesenvolvidos
- f. Ortografias variantes: Rumênia e Romênia

- g. Termos originais de culturas diferentes que compartilham a mesma língua: mandioca e aipim
- h. Abreviaturas e nomes por extenso: PVC e polivinil clorido
- i. A forma fatorada e não-fatorada de um termo composto: carvão + minério e minério de carvão

Os termos quase-sinônimos são aqueles em que o significado é geralmente considerado diferente no uso comum, porém são tratados como sinônimos para fins de indexação. Esse tipo de relação não é muito comum em um tesouro que cubra muitas disciplinas. Um exemplo apresentado para esse tipo de relação são os termos *humidade* e *secura*, que são colocados como sinônimos em casos específicos em que existam documentos que tratem dos dois conceitos, pois se entende que os especialistas que buscam por uma propriedade também devem recuperar os conceitos da outra. Esses casos de termos quase-sinônimos devem ser usados apenas em áreas temáticas periféricas.

Na relação de equivalência existe também uma técnica chamada envio do termo genérico, no qual o nome de uma classe, e também de seus membros, são considerados um conjunto equivalente. Dessa forma o termo genérico funciona como um termo preferido. Pode-se utilizar como exemplo a classe *Rochas*, que serve de termo preferido para *basalto*, *granito*, *ardósia* entre outras, que são tipos de rochas. A relação é então estabelecida da seguinte maneira:

Rochas UP Basalto

Basalto USE Rochas

Essa técnica é utilizada algumas vezes para diminuir o número de termos, porém as normas recomendam evitar o seu uso, sendo empregada apenas para termos de áreas periféricas.

A análise da relação de equivalência feita entre as três normas permitiu visualizar que a norma ISO 25964-1, do ano de 2011, trouxe algumas novas possibilidades para os indexadores. A norma apresenta como opção usar outras abreviações além de USE e UP, para designar o tipo de equivalência existente entre os termos. Seguem as novas abreviações recomendadas pela norma (tradução nossa):

SP Spelling Variant (Variante ortográfica)

MS MisSpeling (Erro de soletração)

AB Abreviation (Abreviação)

FT Full form of the term (Forma completa do tempo)

4.2 RELAÇÃO HIERÁRQUICA

A relação hierárquica é baseada em graus ou níveis de superordenação ou subordinação, de acordo com as normas analisadas, em que o termo subordinado se refere aos membros ou partes do termo superordenado. Essa relação abrange três situações diferentes: a relação genérica, a relação hierárquica todo-parte e a relação de exemplo. Essa relação é representada pelas abreviaturas TG (Termo Genérico), no caso do termo superordenado e TE (Termo Específico) para o termo subordinado.

As normas definem como regra geral que todo termo subordinado deve se referir ao mesmo tipo básico de conceito, ação, adjetivo, propriedade, da mesma forma que o termo superordenado. Como, por exemplo, a classe *Metais* (materiais) e *Fundição* (ação), que são tipos diferentes de conceitos, dessa forma não podem ser relacionados hierarquicamente. Já no caso do exemplo *Metais* (materiais) e *Metais não-ferrosos* (materiais), os dois termos representam materiais, dessa forma podem ser relacionados hierarquicamente.

São utilizados nas relações hierárquicas os rótulos nodais, que são um termo não relacionado ao documento no processo de indexação, porém inserido na seção sistemática de alguns tesouros para indicar uma base lógica sobre a qual se divide uma categoria. Os rótulos nodais também são conhecidos como indicador de faceta. Eles podem ser agrupados por ocupação, por função ou partes. Os rótulos nodais são utilizados quando, para fins de apresentação do tesouro, se tem a necessidade de fazer uma mudança do tipo de conceito na parte sistemática do mesmo. Os rótulos nodais podem ser de dois tipos, tal como apresentado abaixo.

a. Os que possuem uma base lógica sobre a qual uma hierarquia foi organizada e em que os termos em ambos os lados do rótulo nodal se referem a conceitos do mesmo tipo, como por exemplo, *Por carga comercial* e *Por usuário*, que servem de rótulo nodal.

AVIÃO

Por carga comercial

AVIÃO DE CARGA

AVIÃO DE PASSAGEIRO

AVIÃO

Por usuário

AVIÃO CIVIL

AVIÃO MILITAR

b. Os rótulos que são utilizados para introduzir tipos distintos de conceitos, de forma que estes sejam colocados abaixo dos conceitos ao qual normalmente são associados, como por exemplo *Operações*, que funciona como rótulo nodal.

LIVROS

Operações

ENCADERNAÇÃO

IMPRESSÃO

A relação hierárquica abrange três situações diferentes, como já mencionado anteriormente, a relação genérica, a relação hierárquica todo-parte e a relação de exemplo, definidas a seguir.

A relação genérica indica o vínculo entre a classe ou categoria e os seus membros ou espécies. Pode ser também objeto do teste lógico **todos** e **alguns**. Tomando como exemplo o termo *Papagaio*, que é um pássaro, temos que todos os papagaios são pássaros, mas só alguns pássaros são papagaios. Esta relação pode ser apresentada no tesouro sob a sigla TGG (Termo genérico da relação genérica) e TEG (Termo específico da relação genérica).

A relação todo-parte, ou partitiva, cobre um número limitado de situações nas quais em qualquer contexto, o nome de uma parte implica o nome de seu possuidor. Nos casos listados a seguir a hierarquia é baseada em uma relação todo-parte que é reconhecida e pode ser estabelecida pelo exame de trabalhos de referência normalizados como, por exemplo, dicionários. Existem quatro classes principais para esse termo: a) a classe de sistemas e órgão do corpo; b) localidades geográficas; c) disciplinas ou áreas do conhecimento e d) estruturas sociais hierarquizadas. Seguem os exemplos:

a. Sistema circulatório

Sistema cardiovascular

Sistema vascular

Artérias

b. América do sul

Brasil

Acre

c. Ciência

Biologia

Botânica

d. Exércitos

Corporações

Divisões

Batalhões

Esta relação pode ser apresentada no tesouro sob a sigla TGP (Termo genérico da relação partitiva) e TEP (Termo específico da relação partitiva).

A relação de exemplo é aquela que identifica uma ligação entre uma categoria geral de objetos ou de eventos e um exemplo individual dessa categoria. Por exemplo a classe *Regiões Montanhosas*, que poderia conter termos como *Alpes* e *Himalaia*, que são exemplos de diferentes regiões montanhosas.

Nas relações hierárquicas podem existir termos que pertencem a mais de uma categoria. Esses, são chamados os termos polihierárquicos e esta é denominada uma relação polihierárquica. Um exemplo dessa relação é o termo *Órgãos*, da classe *Instrumentos musicais*, que pode ser considerado um termo específico tanto de *Instrumentos de teclado* como também de *Instrumentos de sopro*.

4.3 RELAÇÃO ASSOCIATIVA

A relação associativa abrange relações entre pares de termos que não são membros de um conjunto de equivalência e que não podem ser organizados em uma hierarquia em que um termo se subordina a outro. Entretanto, são termos mentalmente associados de tal maneira que a conexão entre eles deve ser feita explicitamente no tesouro. A associação dos termos deve ser feita, uma vez que um dos termos é componente necessário em qualquer esclarecimento ou definição do outro. Esse tipo de relação é representada pela abreviação TR (Termo relacionado) e deve ser apresentada nos dois termos.

Essa relação pode ser dividida em dois tipos, segundo as normas. Num primeiro grupo relacionam-se termos que pertencem à mesma categoria e são termos

“irmãos”, com significados sobrepostos, tais como os termos *Barcos* e *Navios*. Pertencem a este grupo também conceitos associados por uma relação de família ou derivativa. O segundo tipo de relação associativa ocorre entre os termos que pertencem a categorias diferentes, entre os quais diferentes associações, pois satisfazem ao requisito de que um dos termos deve ser facilmente inferido a partir do outro. De acordo com a norma IBICT (1993) e com a ANSI/NISO Z39.19 (2005) existem nove tipos de relações pertencentes a essa categoria, sendo estes:

a. uma disciplina ou campo de estudo e os objetivos ou fenômenos estudados

Estética TR Beleza

Beleza TR Estética

Silvicultura TR Bosques

Bosques TR Silvicultura

b. uma operação ou processo e seu agente ou instrumento

Controle de temperatura TR Termostato

Termostato TR Controle de Temperatura

c. uma ação e o resultado da ação

Tecelagem TR Tecido

Tecido TR Tecelagem

Construção TR Estruturas

Estruturas TR Construção

d. uma ação e o seu sujeito passivo

Colheita TR Produtos agrícolas

Produtos Agrícolas TR Colheita

Prisão TR Prisioneiro

Prisioneiro TR Prisão

e. conceitos relacionados as suas propriedades

Venenos TR Toxidade

Toxidade TR Venenos

Percepção TR Agudeza

Agudeza TR Percepção

f. conceitos relacionados as suas origens

Alemão TR Alemanha

Alemanha TR Alemão

g. conceitos ligados por uma dependência causal

Duelo TR Morte

Morte TR Duelo

Doenças TR Agentes patogênicos

Agentes patogênicos TR Doenças

h. uma coisa e seu contra-agente

Plantas TR Herbicidas

Herbicidas TR Plantas

Aeronaves TR Armas antiaéreas

Armas antiaéreas TR Aeronaves

i. frases sincategoremáticas e os substantivos nelas incluídos

Barcos para armar TR Barcos

Barcos TR Barcos para armar

Répteis TR Répteis fósseis

Répteis fósseis TR Répteis

Dos nove exemplos citados, oito também estão contidos na norma da ISO 25964-1 (2008). Apenas o item f) conceitos relacionados as suas origens não é apresentado como um tipo de relação associativa possível. Entretanto a norma acrescenta três novos tipos de relações que também podem ser incluídas nas relações associativas de termos que pertencem a categorias diferentes, sendo estas:

a. um artefato e suas partes (apenas se ele não se qualifica na relação hierárquica todo/parte)

Instrumento ótico TR Lentes

Lentes TR Instrumento ótico

b. um conceito e sua unidade de medida

Corrente elétrica TR Amperes

Amperes TR Corrente elétrica

c. um organismo ou substancia derivada ou produzida de outra

Mulas TR Burros

Burros TR Mulas

Latão TR Cobre

Cobre TR Latão

Com estes últimos três tipos, temos uma somatória de doze tipos de termos que pertencem a categorias diferentes, e entre os quais se pode estabelecer uma relação associativa. Destaca-se que todos os exemplos utilizados para representar cada um dos tipos foram retirados das normas analisadas.

4.4 ISO 25964-1

A norma da ISO de número 26964-1 do ano de 2011, traz novas possibilidades para representar as relações em tesouros. Após a análise das normas constatou-se que a supracitada apresenta um item intitulado relacionamentos customizáveis (tradução nossa). Neste item a norma aborda sobre as relações que foram descritas anteriormente, citando que estas já estão bem estabelecidas e são amplamente utilizadas, além de serem geralmente consideradas adequadas em contextos nos quais uma pessoa visualiza os termos antes de escolher aquele que expressa melhor a sua busca. Porém, às vezes, há a necessidade de um tipo de relação mais específica.

Nesses casos a norma indica que da mesma forma que a relação hierárquica pode ser subdividida em genérica, partitiva ou de exemplos, a relação de equivalência e a associativa podem opcionalmente ser subdivididas para uma aplicação em particular. Por exemplo, abreviações e/ou acrônimos podem ser designados separadamente de todas as outras relações de equivalência. Abreviaturas diferentes de USE e UP devem ser usadas, por exemplo, TC e AB para Termo Completo e Abreviação. Similarmente a relação associativa pode ser subdividida em tipos como causa e efeito usando as siglas CAUSA e EFEITO.

Porém a norma adverte que antes de usar esse tipo de relação o desenvolvedor do tesouro deve ver se há a necessidade de usá-la ou não. Essas relações devem ser utilizadas para auxiliar o usuário e não apenas ser um novo atrativo no tesouro.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Para realizar a análise dos dados coletados dos tesouros do Supremo Tribunal Federal (A), do Supremo Tribunal de Justiça (B) e do Controle de Vocabulário do Senado Federal (C), foram elaboradas tabelas para melhor visualização dos resultados, estas tabelas encontram-se nos apêndices. Para a análise dos resultados obtidos utilizaram-se como base a norma nacional, diretrizes para estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues, e as normas internacionais ANSI/NISO Z39.19-5005 e ISO 25964-1.

Na análise constam os dados com relação ao número de relacionamentos presentes em cada um dos tesouros e os tipos de relacionamentos abrangidos. São analisados também a consistência dos termos e o resultado da análise do que a norma propõe e do que os tesouros utilizam.

5.1 NÚMERO DE RELACIONAMENTOS

Uma das variáveis analisadas na pesquisa foi o número de relacionamentos para cada um dos vinte termos selecionados nos três tesouros. A tabela dos termos e respectivos relacionamentos encontra-se no Apêndice A. É possível constatar a diferença no número de relacionamentos encontrados em cada um dos tesouros, principalmente com relação ao tesouro C. Enquanto o tesouro A e o tesouro B possuem números de relacionamentos muito próximos, com pouca diferença, o tesouro C apresenta um número muito menor de relacionamentos.

Para melhor exemplificar o termo *Analogia* apresenta 17 relacionamentos no tesouro A, 7 no tesouro B, enquanto o tesouro C traz apenas 1 relacionamento. De maneira geral, o tesouro C faz pouco uso das relações semânticas.

Além os tesouros A e B apresentam maior compatibilidade no número de relacionamentos, explorando as relações semânticas de maneira mais abrangente.

5.2 TIPO DE RELACIONAMENTOS

Para caracterizar os tipos de relacionamentos existentes em cada um dos três tesouros e fazer uma comparação entre os mesmos, foi feita uma tabela, apresentada no Apêndice B. Observando a tabela e os relacionamentos de cada um dos tesouros é possível perceber que os mesmos fazem uso de todas as relações semânticas descritas nas normas. Novamente o tesouro que possui maior diferença é o tesouro C,

pois enquanto os tesouros A e B trazem vários relacionamentos e buscam explorar o termo, apresentando relações hierárquicas e associativas bastante completas, o tesouro C não relaciona muitos de seus termos.

Analisando os termos selecionados, cada tesouro trouxe pelo menos um exemplo de relação semântica de equivalência, hierárquica e associativa, mostrando dessa forma que todas são exploradas. O que se observa é que a relação associativa é a mais presente nos tesouros A e B, sendo que todos os seus termos trazem relações associativas. Já o tesouro C, apresenta menos relacionamentos, e há casos em que o termo não contempla o relacionamento associativo como, por exemplo, o termo *Genocídio*, no tesouro C, mas que poderia apresentar relações associativas, como as existentes nos tesouros A e B.

Percebem-se outras diferenças entre os relacionamentos apresentados. O tesouro C apresenta mais casos de relacionamento de equivalência. Dos vinte termos analisados, o tesouro C apresentou o relacionamento de equivalência em seis dos seus termos, enquanto os tesouros A e B apresentam esse relacionamento apenas uma vez em cada.

Observa-se que o tesouro B é o único a trazer mais de um nível hierárquico nas relações de forma explícita. Apesar de o tesouro A e C possuírem também mais de um nível na relação hierárquica, esse não é apresentado no tesouro, diferente do tesouro B que apresenta os níveis de TG e TE.

5.3 CONSISTÊNCIA

Inicialmente a intenção era analisar a consistência das descrições dos termos, comparando-as entre os tesouros. Porém com o resultado da coleta de dados constatou-se que são pouquíssimos os termos que possuem nota explicativa. Dos vinte termos analisados, em cada um dos três tesouros, apenas 8 possuem algum tipo de nota, sendo que nenhum termo possui nota explicativa em mais de um tesouro. Dessa forma, análise não foi realizada por falta de dados.

Nas poucas notas existentes, observou-se que são, em sua maioria, notas de uso. O tesouro que utiliza mais notas explicativas é o tesouro C, apresentando quatro delas.

5.4 TEORIA *VERSUS* PRÁTICA

Para saber se os tesouros seguem as indicações das normas mencionadas na síntese, fez-se a análise da amostra de termo selecionada comparando-se o que as normas prescrevem e o que os tesouros apresentam.

5.4.1 Relações de equivalência

Iniciando a análise pelas relações de equivalência, observa-se que os três tesouros seguem as indicações das normas em sua maioria. As relações presentes na amostra analisada são todas relações de equivalência entre termos sinônimos, não tendo sido constatado em nenhum tesouro termos quase-sinônimos e o uso do envio ao termo genérico. Todos os três tesouros apresentaram o prefixo UP para o termo não preferido, contendo também o prefixo USE para o termo preferido, conforme exemplificado na figura 1.

Figura 1 - Exemplo de uso do prefixo UP para relação de equivalência

The screenshot shows the website of the Supremo Tribunal Federal (STF) with a search for 'homicídio' in the 'Vocabulário Jurídico (Tesouro)'. The search results are organized into two main sections: 'DUPLO HOMICÍDIO' and 'HOMICÍDIO'. The 'HOMICÍDIO' section is highlighted with a red underline and a red arrow pointing to the 'UP' entry, which is 'ASSASSINATO'. Other entries include 'HOMICÍDIO CULPOSO', 'HOMICÍDIO PRIVILEGIADO', 'HOMICÍDIO QUALIFICADO', and 'CRIME CONTRA A VIDA'.

Prefixo	Termo
TR	HOMICÍDIO
CAT	DPE DIREITO PENAL
UP	ASSASSINATO
TE	HOMICÍDIO CULPOSO HOMICÍDIO PRIVILEGIADO HOMICÍDIO QUALIFICADO
TG	CRIME CONTRA A VIDA
TR	DUPLO HOMICÍDIO OMISSÃO DE SOCORRO
CAT	DPE DIREITO PENAL

Fonte: Vocabulário Jurídico Supremo Tribunal Federal

Observa-se que o termo preferido, *Homicídio*, na figura 1, traz a relação de equivalência apresentando o prefixo UP e relacionando o termo *Assassinato*. Observando o termo *Assassinato*, na figura 2, podemos ver que o tesouro relaciona

corretamente os termos, apresentando no termo não-preferido o prefixo USE e indicando o termo preferido, no caso *Homicídio*.

Figura 2 - Exemplo de uso do prefixo USE para relação de equivalência

The screenshot shows the website of the Supremo Tribunal Federal. At the top, there is a header with the text 'ESPAÇO DO SERVIDOR | ENGLISH | ESPAÑOL' and 'MAPA DO PORTAL'. Below this is the logo of the 'SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL' and the date 'Brasília, 5 de junho de 2013 - 22:12'. A search bar with the button 'PESQUISAR' is also visible. The main navigation menu includes links for 'PRINCIPAL', 'SOBRE O STF', 'ESTATÍSTICA', 'PROCESSOS', 'JURISPRUDÊNCIA', 'PUBLICAÇÕES', 'BIBLIOTECA', 'IMPrensa', 'LEGISLAÇÃO', and 'ACESSO À INFORMAÇÃO'. The current page is 'Jurisprudência > Pesquisa > Vocabulário Jurídico (Tesauro)'. On the left, there is a sidebar with a 'JURISPRUDÊNCIA' menu and various search options. The main content area is titled 'Vocabulário Jurídico (Tesauro)' and shows a search for the term 'ASSASSINATO'. The search results are displayed as 'Resultado da Pesquisa Tesauro: "ASSASSINATO"', with 'ASSASSINATO' underlined. Below it, a red arrow points to 'USE HOMICÍDIO' and 'CAT DPE DIREITO PENAL'.

Fonte: Vocabulário Jurídico Supremo Tribunal Federal

O termo analisado, *Homicídio*, possui a relação de equivalência e indica o termo *Assassinato* como termo não preferido em dois dos tesauros analisados, o do STF e o VCB do Senado Federal. O tesauro do STF não apresenta relação de equivalência para esse termo. Outros exemplos de relação de equivalência existentes encontram-se na amostra de termos, no Apêndice B.

5.4.2 Relação Hierárquica

Todos os tesauros analisados trazem vários exemplos de relação hierárquica e as apresentam de forma adequada segundo o que as normas estabelecem. Os três tesauros usam os prefixos TG e TE para determinar as relações, conforme o prescrito nas normas. Como regra geral se estabelece que os termos subordinados devem se referir ao mesmo tipo de conceito, da mesma forma que os termos subordinados.

A relação hierárquica genérica é identificada de maneira evidente na amostra de termos selecionada. Esse tipo de relação pode ser identificado pelo teste lógico **todos e alguns**. A figura 3 mostra um exemplo desse tipo de relação.

Figura 3 - Exemplo do uso da relação hierárquica

The screenshot shows the website of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The main header includes the STJ logo and the text 'Superior Tribunal de Justiça' and 'O Tribunal da Cidadania'. A navigation bar contains links for 'Início', 'Links', 'Fale conosco', and 'Mapa do site'. Below this, a breadcrumb trail reads 'Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesauro)'. The main content area is titled 'Vocabulário Jurídico' and features a search bar with the word 'CONFISSÃO' entered. Below the search bar, a list of terms is displayed, each with a classification code and a term name. Red arrows highlight the following items:

- TG1 PROVA
- TE1 CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL
- TE2 CONFISSÃO ESPONTÂNEA
- TE1 CONFISSÃO FICTA
- TE1 CONFISSÃO JUDICIAL

Other terms in the list include TE2 CONFISSÃO ESPONTÂNEA, TE2 CONFISSÃO PROVOCADA, TR AUTO-INCRIMINAÇÃO, TR CONFITENTE, TR DEPOIMENTO ESCRITO, TR RÉU, and TR VERDADE.

(Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça)

Observa-se que o TG *Prova*, traz como TE *Confissão extrajudicial*, *confissão ficta* e *confissão judicial*. Aqui se aplica o teste lógico, em que toda *Confissão extrajudicial*, *confissão ficta* e *confissão judicial* é uma *Prova*, enquanto algumas *Provas* são *Confissão extrajudicial*, *confissão ficta* ou *confissão judicial*. É possível perceber que o tesauro utiliza desse tipo de relação conforme as indicações das normas.

A relação hierárquica todo-parte não foi identificada na amostra selecionada. Essa relação cobre uma situação em qualquer contexto que o nome de uma parte implica o nome do seu possuidor. Ela possui quatro classes de termos, sistemas e órgãos do corpo, localidades geográficas, disciplinas ou áreas do conhecimento e estruturas sociais hierarquizadas. Dessas quatro apenas uma poderia ser utilizada nos tesouros da área jurídica, que seriam as disciplinas e áreas do conhecimento, as outras classes não poderiam ser contempladas, pois os termos da área jurídica não abrangem esse tipo de conceitos.

Na amostra de termos analisada nos tesouros analisados não são empregadas relações hierárquicas de outros tipos como as relação de exemplos, os rótulos nodais e relações polihierárquicas.

Com a análise dos termos da amostra puderam ser observadas outros aspectos, como por exemplo relações hierárquicas que são questionáveis. Como exemplo deste caso pode-se destacar o termo *Munição* no tesouro do Senado Federal, em que os termos classificados como TE são: *Bomba, Foguete, Mina submarina e Torpedo*. Esses termos não poderiam ser relacionados hierarquicamente, pois não é possível identificar nenhuma regra na qual possa se basear esse tipo de relação.

5.4.3 Relações associativas

As relações associativas são de dois tipos: termos que pertencem à mesma categoria e termos de categorias diferentes. Com relação ao primeiro tipo, os chamados termos “irmãos”, foi possível identificar essa relação na amostra selecionada no termo *Circunstância agravante* que tem como termo relacionado os termos *Circunstância atenuante específica, Circunstância atenuante genérica e Circunstância atenuante inominada*. A figura 4 mostra as relações citadas anteriormente:

Figura 4 - Exemplo do uso de termos irmãos das relações associativas

The screenshot shows the website interface of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The main content area is titled 'Vocabulário Jurídico' and features a list of terms. The term 'CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE' is highlighted in blue. Below it, a list of related terms is shown, each preceded by 'TR'. Three red arrows point to the following terms: 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA', 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA', and 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA'. Other terms in the list include 'APLICAÇÃO DA PENA', 'AUMENTO DA PENA', 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE', 'CIRCUNSTÂNCIA PREPONDERANTE', 'CIÚME', 'COABITAÇÃO', 'COAÇÃO ILEGAL', 'CONCURSO DE AGENTES', and 'CONCURSO DE CIRCUNSTÂNCIAS'.

TR	Termo
	APLICAÇÃO DA PENA
	AUMENTO DA PENA
	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE
→	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA
→	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA
→	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA
	CIRCUNSTÂNCIA PREPONDERANTE
	CIÚME
	COABITAÇÃO
	COAÇÃO ILEGAL
	CONCURSO DE AGENTES
	CONCURSO DE CIRCUNSTÂNCIAS

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

A figura 4 mostra o termo *Circunstância agravante* e três termos relacionados que são considerados termos irmãos, esses termos são os três destacados pela flecha, *Circunstância atenuante específica*, *Circunstância atenuante genérica* e *Circunstância atenuante inominada*. Estes são considerados termos “irmãos”, pois possuem o mesmo termo genérico, no caso o termo *Circunstância atenuante*. As figuras 5, 6 e 7, mostram essas relações.

Figura 5 - Exemplo de termo genérico em comum termo Circunstância atenuante específica

The screenshot shows the website interface for the Vocabulário Jurídico. The main content area displays the search results for the term "CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA". A red arrow points to the "TG1" classification, which is "CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE". Another red arrow points to the "TR" classification, which is "CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE". The search bar at the bottom contains the text "CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA" and a "Consultar" button.

Classificação	Termo
NOTA	É TODA A QUE FIGURA NA PARTE ESPECIAL DO CÓDIGO PENAL, AÍ COMPREENDIDA A CAUSA DE DIMINUIÇÃO, A SUBSTITUIÇÃO DE PENA.
TG1	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE
TR	APLICAÇÃO DA PENA
TR	CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE
TR	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA
TR	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA
TR	DIMINUIÇÃO DA PENA
CAT	DP/DP04, DP/DP07, DPP/DPP12, DPP/DPP15

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

O termo *Circunstância atenuante específica* tem como TG o termo *Circunstância atenuante* e como TR o termo selecionado na amostra *Circunstância agravante*.

Figura 6 - Exemplo de termo genérico em comum termo Circunstância atenuante genérica

The screenshot shows the website of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The header includes the STJ logo and the text 'Superior Tribunal de Justiça' and 'O Tribunal da Cidadania'. A navigation bar contains links for 'Início', 'Links', 'Fale conosco', and 'Mapa do site'. Below this, a breadcrumb trail reads 'Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesouro)'. The main content area is titled 'Vocabulário Jurídico' and features a search result for 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA'. A note explains that this is a generic set of circumstances related to punishment. Below the note, a list of terms is shown: TG1 for 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE', TR for 'APLICAÇÃO DA PENA', TR for 'CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE', TR for 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA', TR for 'CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA', and TR for 'DIMINUIÇÃO DA PENA'. At the bottom, a 'CAT' entry lists codes: DP/DP04, DP/DP07, DPP/DPP12, and DPP/DPP15. A search box at the bottom contains the text 'Termo: CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA'. Red arrows point to the TG1 and TR entries.

Termo	Descrição
NOTA	CONJUNTO DE CIRCUNSTÂNCIAS DE CARÁTER GENÉRICO, ATINENTES DA MEDIDA PUNITIVA, QUE SE PROPÕE NA PARTE GERAL DO CÓDIGO PENAL.
TG1	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE
TR	APLICAÇÃO DA PENA
TR	CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE
TR	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA
TR	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA
TR	DIMINUIÇÃO DA PENA
CAT	DP/DP04, DP/DP07, DPP/DPP12, DPP/DPP15

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

O termo *Circunstância atenuante genérica* tem como TG o termo *Circunstância atenuante* e como TR o termo selecionado na amostra *Circunstância agravante*. A figura 6 a seguir mostra o mesmo caso com o termo *Circunstância atenuante inominada*.

Figura 7 - Exemplo de termo genérico em comum termo Circunstância atenuante inominada

Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesouro)

Vocabulário Jurídico

CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE INOMINADA

	NOTA	É CIRCUNSTÂNCIA RELEVANTE, ANTERIOR OU POSTERIOR AO CRIME, EMBORA NÃO PREVISTA EXPRESSAMENTE EM LEI.
→	TG1	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE
	TR	APLICAÇÃO DA PENA
→	TR	CIRCUNSTÂNCIA AGRAVANTE
	TR	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE ESPECÍFICA
	TR	CIRCUNSTÂNCIA ATENUANTE GENÉRICA
	TR	DIMINUIÇÃO DA PENA
	CAT	DP/DP04, DP/DP07, DPP/DPP12, DPP/DPP15

Termo:

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

Dessa forma os três termos mostrados são considerados termos irmãos, pois possuem o mesmo TG e estão relacionados com o termo selecionado na amostra, *Circunstância agravante*.

Os termos que pertencem a categorias diferentes são associados de acordo com várias regras. De acordo com a síntese realizada das normas, temos doze tipos diferentes de relações associativas, os exemplos encontrados de cada um desses doze tipos de relacionamentos associativos entre termos estarão descritos a seguir.

Para exemplificar o tipo de TR sobre uma operação ou processo e seu agente ou instrumento, foi utilizado o termo *Confissão* da amostra selecionada e o seu TR *Depoimento pessoal*, pois o depoimento pessoal é um instrumento do processo de confissão. A figura 8 mostra o relacionamento no tesouro do Supremo Tribunal Federal, que foi o único tesouro a apresentar a relação associativa entre esses dois conceitos.

Figura 8 - Exemplo de relação associativa processo e instrumento

The screenshot displays the website interface for the Vocabulário Jurídico (Tesouro) of the Supremo Tribunal Federal. At the top, there is a header with the court's name, location (Brasília), date (11 de junho de 2013), and time (10:53). A search bar with a 'PESQUISAR' button is also present. Below the header is a navigation menu with links for PRINCIPAL, SOBRE O STF, ESTATÍSTICA, PROCESSOS, JURISPRUDÊNCIA, PUBLICAÇÕES, BIBLIOTECA, IMPRENSA, LEGISLAÇÃO, and ACESSO À INFORMAÇÃO. The main content area shows the search path: Jurisprudência > Pesquisa > Vocabulário Jurídico (Tesouro). The search term 'confissão' is entered in the search box, and the results are displayed under the heading 'Resultado da Pesquisa Tesouro: "confissão"'. The results are organized into categories: TE (TEMA), TG (TÍTULO), TR (TÍTULO), and CAT (CATEGORIA). A red arrow points to the TR category, which includes 'DEPOIMENTO PESSOAL RÉU'. Other categories include TE (CONFESSÃO DE DÍVIDA, CONFESSÃO ESPONTÂNEA, CONFESSÃO EXTRAJUDICIAL, CONFESSÃO FICTA, CONFESSÃO JUDICIAL), TG (PROVA), and CAT (DPC DIREITO PROCESSUAL CIVIL, DPE DIREITO PENAL, DPP DIREITO PROCESSUAL PENAL).

JURISPRUDÊNCIA

Pesquisa

- Temas Relevantes(Res. 474)
- Pesquisa de Jurisprudência
- Pesquisas Favoritas
- Jurisprudência Seleccionada
- Coletânea de Acórdãos
- Países da CJCLP
- Jurisprudência Traduzida
- Índice de ADIs
- Solicitação de Pesquisa
- Inteiro Teor de Acórdãos
- Repositórios de Jurisprudência
- Proposta Súmula Vinculante
- Súmulas Vinculantes
- Súmulas
- Súmulas na Jurisprudência
- Repercussão Geral
- Omissão Inconstitucional

Vocabulário Jurídico (Tesouro)

Termo:

AJUDA PESQUISAR LIMPAR

Resultado da Pesquisa Tesouro: "confissão"

CONFISSÃO

- TE** CONFISSÃO DE DÍVIDA
CONFISSÃO ESPONTÂNEA
CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL
CONFISSÃO FICTA
CONFISSÃO JUDICIAL
- TG** PROVA
- TR** DEPOIMENTO PESSOAL RÉU
- CAT** DPC DIREITO PROCESSUAL CIVIL
DPE DIREITO PENAL
DPP DIREITO PROCESSUAL PENAL

Fonte: Vocabulário Jurídico Supremo Tribunal Federal

O tipo de relação entre uma ação e o resultado dessa ação, foi utilizado o termo *Usura* e o TR *Agiotagem*, pois a agiotagem é uma ação que resulta no crime do direito penal brasileiro, a Usura (cobrança excessiva de juros). A figura 9 traz como exemplo o TR no tesouro do Supremo Tribunal de Justiça, porém essa relação entre os dois termos foi identificada também nos outros dois tesouros analisados.

Figura 9 - Exemplo de relação associativa ação e resultado da ação

The screenshot shows the website of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The header includes the STJ logo and the text 'Superior Tribunal de Justiça' and 'O Tribunal da Cidadania'. A navigation bar contains links for 'Início', 'Links', 'Fale conosco', and 'Mapa do site'. Below this, a breadcrumb trail reads 'Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesauro)'. The main content area is titled 'Vocabulário Jurídico' and features a search bar with the word 'USURA' entered. Below the search bar, a list of associated legal terms and codes is displayed. A red arrow points to the entry 'TR AGIOTAGEM'.

Code	Term
TG1	CRIME CONTRA A ECONOMIA POPULAR
TG2	CRIME
TG3	DELITO
TE1	USURA PECUNIÁRIA
TE1	USURA REAL
TR	ÁGIO
TR	AGIOTAGEM
TR	JUROS
TR	LEI DE USURA
TR	LUCRO
CAT	DP/DPN

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

O tipo de relação entre uma ação e seu sujeito passivo pode ser exemplificada pelo termo *Autópsia* e o seu TR *Cadáver*. O termo *cadáver* é o sujeito passivo da ação de autópsia. A figura 10 traz como exemplo a relação que foi encontrada no tesauro do Senado Federal como uma relação associativa e no tesauro do Supremo Tribunal de Justiça.

Figura 10 - Exemplo de relação associativa ação e sujeito passivo

Rede Virtual de Bibliotecas
RUBI
Congresso Nacional

Autoridades - VCB - versão 20

Login | Encerrar Sessão | Usuário | Preferências |
Busca por Lista | Busca por Palavras | Resultados |

Reserva Título | Adiciona a Favoritos | Reserva Agendada | Localizar | E-mail/Salvar | Salv

Registro Completo

Formato: [OPAC](#) [Ficha](#) [Reduzido](#) [Nomes MARC](#) [Campos MARC](#)

Registro 3 de 3

N. Sistema	00000819
Descritor	<u>Autópsia</u>
Não Use	Necropsia -- NÃO AUTORIZADO Necroscopia -- NÃO AUTORIZADO
Termo geral	Medicina legal
Termo relacionado	Cadáver 
Ocorrências	20
Base	VCB
Sub-base	340.7 - Medicina Legal
Classif.	340.76

Formato: [OPAC](#) [Ficha](#) [Reduzido](#) [Nomes MARC](#) [Campos MARC](#)

Fonte: Vocabulário Controlado Básico Senado Federal

Para exemplificar o tipo de relacionamento entre conceito que são relacionados às suas propriedades, foi identificado na amostra o termo *Confissão* com o TR *Verdade*. O termo verdade pode ser associado como uma propriedade do conceito de confissão, pois quando um sujeito faz a sua confissão ele está contando a verdade sobre os fatos acontecidos. A figura 11 mostra o relacionamento no tesauro do Supremo Tribunal de Justiça, que foi o único tesauro que fez a relação associativa entre os dois termos.

Figura 11: Exemplo de relação associativa de conceitos relacionados às suas propriedades

The screenshot shows the 'Vocabulário Jurídico' page on the website of the Superior Tribunal de Justiça. The page title is 'Vocabulário Jurídico' and the breadcrumb trail is 'Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesouro)'. The main content is a list of terms related to 'CONFISSÃO', which is underlined in red. The terms are listed with their corresponding codes and descriptions:

Code	Description
TG1	PROVA
TE1	CONFISSÃO EXTRAJUDICIAL
TE2	CONFISSÃO ESPONTÂNEA
TE1	CONFISSÃO FICTA
TE1	CONFISSÃO JUDICIAL
TE2	CONFISSÃO ESPONTÂNEA
TE2	CONFISSÃO PROVOCADA
TR	AUTO-INCRIMINAÇÃO
TR	CONFITENTE
TR	DEPOIMENTO ESCRITO
TR	RÉU
TR	VERDADE
CAT	CIV/02, CPC/CPC08, CPC/CPC25, DP/DP07, DPP/DPP01, DPP/DPP08

A red arrow points to the 'TR VERDADE' entry.

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

O tipo de relação entre conceitos ligados por dependência causal pode ser identificado na amostra analisada no termo *Indulto* com o seu TR *Comutação da pena*, pois a comutação da pena pode ser a causa da concessão do indulto. A figura 12 retirada do tesouro do Supremo Tribunal de Justiça exemplifica esse tipo de relação, que também foi encontrada nos tesouros do Supremo Tribunal Federal e do Senado Federal.

Figura 12 - Exemplo de relação associativa de conceitos ligados por dependência causal

Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesouro)

Vocabulário Jurídico

INDULTO

UP	INDULTO COLETIVO
TG1	EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE
TE1	INDULTO ESPECIAL
TE1	INDULTO PARCIAL
TE1	INDULTO TOTAL
TE1	INDULTO NATALINO
TE1	INDULTO HUMANITÁRIO
TR	ANISTIA
TR	COMUTAÇÃO DA PENA
TR	CONSELHO PENITENCIÁRIO
TR	GRAÇA
TR	PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

Exemplificando o tipo de relação entre um artefato e as suas partes, existente apenas quando estes não se qualificam na relação hierárquica todo/parte, pode-se destacar o termo *Munição* e o seu TR *Arma de fogo*. Neste caso a munição é uma parte do artefato arma de fogo e essa relação não foi identificada como hierárquica, pois os termos não estão relacionados hierarquicamente. O exemplo da figura 13, do Supremo Tribunal de Justiça, traz a relação associativa entre os dois termos, essa mesma relação também foi observada no tesouro do Supremo Tribunal Federal.

Figura 13 - Exemplo de relação associativa de um artefato e suas partes

The screenshot shows the website of the Superior Tribunal de Justiça (STJ). The header includes the STJ logo and the text 'Superior Tribunal de Justiça' and 'O Tribunal da Cidadania'. A navigation bar contains links for 'Início', 'Links', 'Fale conosco', and 'Mapa do site'. Below the navigation bar, a breadcrumb trail reads 'Você está em: Início > Consultas > Jurisprudência > Pesquisas > Vocabulário Jurídico (Tesouro)'. The main content area is titled 'Vocabulário Jurídico' and features the word 'MUNIÇÃO' underlined in red. To the right of 'MUNIÇÃO', a list of terms is displayed with their corresponding codes: TR for ARMA DE FOGO, BALÍSTICA, COMÉRCIO DE MUNIÇÃO, and FABRICO DE MUNIÇÃO; and CAT for DPP/DPP07, DPP/DPP08. A red arrow points to the first 'TR' entry.

Code	Term
TR	ARMA DE FOGO
TR	BALÍSTICA
TR	COMÉRCIO DE MUNIÇÃO
TR	FABRICO DE MUNIÇÃO
TR	PRODUTO CONTROLADO
CAT	DPP/DPP07, DPP/DPP08

Fonte: Vocabulário Jurídico Superior Tribunal de Justiça

Além dos exemplos descritos acima existem outros seis tipos de relações entre termos, porém estas não foram identificadas na amostra selecionada para análise. Os tipos de relações que não foram encontradas na amostra foram os de relações entre: disciplina ou campo de estudo e objetivos ou fenômenos estudados, conceitos relacionados às suas origens, uma coisa e seu contra-agente, frases sincategoremáticas e os substantivos nela incluídos, um conceito e sua unidade de medida e um organismo ou substancia derivada ou produzida de outra.

Com a análise da amostra foi possível identificar que as relações associativas que foram identificadas seguem as indicações das normas para o estabelecimento de relações. O que se pode observar é que, por vezes, alguns tesouros, principalmente o do Supremo Tribunal de Justiça, têm muitas relações associativas entre os seus termos. Isso se deve ao fato de que as relações associativas ainda não são muito bem estruturadas pelas normas de elaboração de tesouros, o que culmina em um grande número de relações associativas que por vezes são desnecessárias.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada apontou que as indicações feitas nas normas a respeito das relações semânticas podem ser visualizadas na prática, sendo aplicadas nos tesouros nacionais selecionados para avaliação. O que se constatou foi que a amostra de termos analisada nos tesouros trouxe exemplos concretos de utilização correta das relações de equivalência, hierárquica e associativa, apesar de a amostra não conter exemplos de todas as situações descritas nas normas. Porém, mesmo com a ausência de alguns exemplos de tipos de relações (sobretudo associativas) foi possível verificar que os tesouros seguem as indicações das normas com relação às relações semânticas.

Foi possível observar que alguns termos não foram adequadamente relacionados, como no caso da relação hierárquica do tesouro do Senado Federal com o termo *Munição*. Percebe-se, ainda, que alguns tesouros trouxeram muitas relações associativas, dificultando a análise das relações existentes entre os termos. Porém, pode-se atribuir a dificuldade de delimitar termos para as relações associativas ao fato de que esse tipo de relação ainda é muito discutido, além de existirem muitos tipos de relações associativas. Entretanto, também há de se observar que as normas são apenas recomendações de experiências bem sucedidas na criação de tesouros, dessa forma nem sempre o que foi publicado pelas normas é colocado em prática na elaboração de tesouros, principalmente no que diz respeito às relações semânticas, que ainda são pouco estudadas.

De acordo com o que foi analisado na amostra de termos, foi possível verificar que as orientações da nova norma ISO 25964-1 ainda não estão sendo colocadas em prática. Essa é uma norma nova, do ano de 2011 e traz novas propostas para as relações semânticas, principalmente no que diz respeito às relações associativas. A nova norma traz a possibilidade de que os relacionamentos sejam mais específicos, podendo ser subdivididos para aplicações em particular. Essas indicações ainda não estão sendo colocadas em prática e, depois de concluída a análise da amostra, pode-se afirmar que essa nova prática poderia auxiliar o usuário na utilização do tesouro.

O estudo procurou verificar o que as normas apresentam sobre as relações semânticas em tesouros e o que os mesmos colocam em prática. Concluiu-se que, de acordo como que é proposto pelas normas atuais, o que é colocado em prática atualmente nos tesouros analisados está de acordo com as orientações.

REFERENCIAS

ANDRADE, Maria Margarida de. **Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

ANSI/NISO **Z39.19-2005**: guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO, 2005. 143 p.

BOCCATO, Vera Regina Casari. Os sistemas de organização do conhecimento nas perspectivas atuais das normas internacionais de construção. **Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 165-192, jan./jun. 2011.

BRÄSCHER, Marisa; CARLAN, Eliana. Sistemas de organização do conhecimento: antigas e novas linguagens. In : ROBREDO, Jaime; BRÄSCHER, Marisa (Orgs.). **Passeios no Bosque da Informação: Estudos sobre Representação e Organização da Informação e do Conhecimento**. Brasília DF: IBICT, 2010, 334 p. Capítulo 8, p. 147-176. Edição comemorativa dos 10 anos do Grupo de Pesquisa EROIC.

CAFÉ, Ligia; BRÄSCHER, Marisa. Organização do conhecimento: teorias semânticas como base para estudo e representação de conceitos. **Ciência da Informação**, Londrina, v. 16, n.3, p. 25-51, jan./jun. 2011.

CARLAN, Eliana ; BRÄSCHER, Marisa. Sistemas de organização do conhecimento na visão da ciência da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.4, n.2, p.53-73, ago./dez. 2011.

CINTRA, Ana Maria et al. **Para entender as linguagens documentárias**. São Paulo: Pólis, 2002.

DAHLBERG, Ingetraut. Teoria do conceito. **Ciência da Informação**, Rio de Janeiro, v.7, n.2, p.101-107, 1978.

DIRETRIZES para o estabelecimento e desenvolvimento de tesouros monolíngues. Brasília, DF: IBICT/SENAI, 1993. 86 p. (UNESCO; PGI/81/WS/15).

ISO **25964-1**: Information and documentation: thesauri and interoperability with other vocabularies. Geneva: ISO, 2011.

LARA, Marilda Lopes Ginez de. Linguagem documentária e terminologia. **Transinformação**, Campinas, v. 16, n. 3, p. 231-240, set.-dez. 2004.

LIMA, V. M. A. **Terminologia, comunicação e representação documentária**. Dissertação (Mestrado) - Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1998.

NAZARETH, Helenalda. Curso Básico de Estatística. 8ª ed. SP: Ática, 1996.

NEVES, José Luis. Pesquisa qualitativa: características, usos e possibilidades. **Caderno de pesquisas em administração**, São Paulo, v.1, n. 3, jun./dez. 1996.

PEREIRA, E. C. ; BUFREM, L. S. Princípios de organização e representação de conceitos em linguagens documentárias. **Encontrosbibli**, Florianópolis, n. 20, 2. semestre, 2005.

RAUPP, Fabiano Maury. Beuren, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In.: Longaray, André Andrade et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade**: teoria e prática. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TÁLAMO, M. F. G. M. ; LARA, M. L. G. ; KOBASHI, N. Y. Contribuição da terminologia para a elaboração de tesouros. **Ciência da Informação**, v. 21, n. 3, p. 197-200, set./dez. 1992.

TRISTÃO, A. M. D. ; FACHIN, G. R. B. ; ALARCON, O. E. Sistema de classificação facetada e tesouros: instrumentos para organização do conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 161-171, maio/ago. 2004.

VARGAS, D.F. ; VAN DER LAAN, R. H. A contribuição da terminologia na construção de linguagens documentárias como os tesouros. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 25, n. 1, p.21-34, jan./jun. 2011.

APÊNDICE A

Número de relacionamentos em cada um dos tesouros

Descritor	Tesouro A	Tesouro B	Tesouro C
Analogia	17	7	1
Autópsia	3	13	4
Circunstância agravante	15	36	6
Confissão	8	12	6
Crime Doloso	5	6	3
Difamação	11	20	4
Equidade	1	3	3
Extorsão	4	9	1
Genocídio	7	4	2
Homicídio	7	12	10
Impunidade	2	2	0
Indulto	11	12	4
Lei especial	5	4	0
Munição	2	5	6
Pena	49	60	20
Prescrição	32	36	5
Reincidência	7	7	2
Sonegação	5	2	2
Suborno	2	1	1
Usura	3	10	2

APÊNDICE B

Tipo de relacionamentos nos termos analisados

Descritor	Relacionamento	Tesouro A	Tesouro B	Tesouro C
Analogia	TE		<ul style="list-style-type: none"> - Analogia in bonam partem - Analogia in malam partem 	
	TR	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação da lei - Interpretação analógica - Interpretação da lei - Princípios Gerais de Direito - Caso análogo - Interpretação controvertida - Interpretação corretiva - Interpretação divergente - Interpretação estrita - Interpretação extensiva - Interpretação integrativa - Interpretação literal - Interpretação restritiva - Interpretação sistemática - Interpretação superada - Lacuna da lei - Silêncio Eloquente da lei 	<ul style="list-style-type: none"> - Aplicação da lei - Interpretação analógica - Interpretação da lei - Princípios Gerais do Direito - Costume 	<ul style="list-style-type: none"> - Princípios Gerais do direito
Autópsia	TG		TG1 Perícia TG2 Prova Pericial TG3 Prova	TG Medicina legal

	TR em comum	Causa Mortis Exame de corpo de delito Exumação de cadáver	Cadáver Causa Mortis Exame de corpo de delito Exumação de cadáver Exame de corpo de delito direto Exame de corpo de delito indireto Material genético Morte	Cadáver
	USE/UP	Não	UP Exame cadavérico UP Necropsia	UP Necropsia UP Necropsia
	USE/UP	Não	Não	UP Agravante UP Agravantes
Circunstância agravante	TG	Circunstância legal		Direito Penal
	TE			Reincidência
	TR	Abuso de poder Agravamento da pena Aplicação da pena Circunstância judicial Condenação anterior Emboscada Embriaguez Fixação da pena Idoso Motivo Fútil Motivo Torpe Reincidência Tortura	Aplicação da pena Aumento da pena Circunstância atenuante Circunstância atenuante específica Circunstância atenuante genérica Circunstância atenuante inominada Circunstância preponderante Ciúme Coabitação Coação ilegal Concurso de agentes Concurso de circunstâncias Condição Econômica Critério biológico Critério cronológico Dever funcional	Motivo Perigo

	<p>Emboscada Embriguez preordenada Envenenamento Explosivo Fogo Grave dano coletivo Grave dano individual Lugar ermo Meio cruel Meio insidioso Motivo Torpe Naufrágio Perigo comum Premeditação Promessa de recompensa Tortura Traição Traição objetiva Traição subjetiva</p>			
Confissão	<p>Prova TE1 Confissão extrajudicial TE2 Confissão espontânea TE1 Confissão ficta TE1 Confissão judicial TE2 Confissão espontânea TE2 Confissão provocada</p>	<p>Prova Confissão de dívida Confissão espontânea Confissão extrajudicial Confissão Ficta Confissão Judicial</p>	<p>TG TE</p>	<p>Direito Processual Confissão ficta Confissão voluntária</p>
	<p>Réu Auto-incriminação Confiteite Depoimento escrito Verdade</p>	<p>Réu Depoimento pessoal</p>	<p>TR</p>	<p>Confissão de dívida Confissão extrajudicial Confissão judicial</p>
Crime doloso	<p>TG1 Crime TG2 Delito</p>	<p>Crime</p>	<p>TG</p>	<p>Crime</p>

	TE			Crime doloso contra a vida		
	TR	Dolo Conduta dolosa Crime contra a vida Peculato-furto		Crime culposo Dolo Dominio do fato	Crime culposo Dolo	
Difamação	TG	Crime contra a honra Crime eleitoral		TG1 Crime contra a honra TG2 Crime contra a pessoa TG3 Crime TG4 Delito TG1 Crime de imprensa TG2 Crime TG3 Delito	Crime contra a honra	
	TR	Animus difamandi Calúnia Exceção da verdade Injúria		Animus difamandi Calúnia Exceção da verdade Injúria	Calúnia Injúria	
		Anonimato Crime de imprensa Direito de Resposta Injúria grave Notícia falsa		Animus Narrandi Direito de crítica Honra Imunidade judiciária Imunidade Material Imunidade profissional Integridade moral Reputação Retratção do agente	Retratção	
Equidade	TE				Equidade (direito do trabalho)	
	TR	Princípios gerais do direito		Aplicação da lei Interpretação da lei Lei	Princípios gerais do direito Igualdade social	
Extorsão	TG	Crime contra o patrimônio		TG1 Crime contra o patrimônio TG2 Crime TG3 Delito		

TE			TE1 Extorsão indireta TE1 Extorsão mediante sequestro TE1 Extorsão qualificada			
TR em comum		Grave ameaça Emprego de arma Extorsão mediante sequestro	Grave ameaça Vantagem pecuniária Violaência	Chantagem		
TG		Crime de lesa-humanidade Crime hediondo	TG1 Crime hediondo TG2 Crime TG3 Delito	Crime contra a humanidade		
TR		Crime contra a humanidade Crime unitário Grupo étnico Grupo racial Guerra	Raça			
USE/UP				UP Genocídio (direito internacional público)		
TG		Crime contra a vida	TG1 Crime contra a vida TG2 Crime contra a pessoa TG3 Crime TG Delito	Crime contra a vida		
TE		Homicídio culposo Homicídio Privilegiado Homicídio qualificado	Homicídio culposo Homicídio doloso Homicídio privilegiado Homicídio qualificado Homicídio qualificado-privilegiado Homicídio simples	Eutanásia Filicídio Fratricídio Homicídio culposo Homicídio doloso Matricídio Parricídio Uxoricídio		
TR		Duplo homicídio Omissão de socorro	Afogamento Crime instantâneo de efeitos permanentes			
USE/UP		UP Assassinato	Não	UP Assassinato		

Impunidade	TR	Crime Delito	Crime de extinção da punibilidade	Homicídio qualificado Roubo impróprio	
Indulto	TG	Causa de punibilidade Remissão da pena	da	Extinção da punibilidade	
	TE	Indulto coletivo Indulto especial Indulto natalino Indulto parcial		Indulto especial Indulto parcial Indulto total Indulto natalino Indulto humanitário	
	TR	Comutação da pena Conselho penitenciário Extinção da punibilidade Pena privativa de liberdade		Anistia Comutação da pena Conselho penitenciário Graça Presidente da república	Anistia Comutação da pena Graça (direito) Pena
Lei especial	USE/UP	UP Indulgência		UP Indulto coletivo	
	TG	Lei		Lei	
	TR	Legislação especial Lei específica Lei Geral Processo especial		Legislação específica Lei Geral	
Munição	USE/UP			UP Legislação especial	Não
	TG				Arma
	TE				Bomba Foguete Mina submarina Torpedo
	TR	Arma de fogo Material bélico		Arma de fogo Balística Comércio de munição Fabrico de munição Produto controlado	Minagem
Pena	TG				Direito penal

	TE	<p>Banimento</p> <p>Pena acessória</p> <p>Pena alternativa</p> <p>Pena concreta</p> <p>Pena corporal</p> <p>Pena cumprida</p> <p>Pena de degredo</p> <p>Pena de morte</p> <p>Pena de multa</p> <p>Pena de prisão perpétua</p> <p>Pena disciplinar</p> <p>Pena em abstrato</p> <p>Pena máxima</p> <p>Pena mínima</p> <p>Pena pecuniária</p> <p>Pena principal</p> <p>Pena privativa de liberdade</p> <p>Pena residual</p> <p>Pena restritiva de direito</p> <p>Pena substitutiva</p> <p>Pena temporária</p> <p>Pena-base</p>	<p>Pena acessória</p> <p>Pena alternativa</p> <p>Pena autônoma</p> <p>Pena cruel</p> <p>Pena de banimento</p> <p>Pena de caráter perpetuo</p> <p>Pena de morte</p> <p>Pena de multa</p> <p>Pena se suspensão de direito</p> <p>Pena de trabalho forçado</p> <p>Pena em abstrato</p> <p>Pena máxima</p> <p>Pena mínima</p> <p>Pena principal</p> <p>Pena privativa de liberdade</p> <p>TE2 pena de detenção</p> <p>TE2 pena de reclusão</p> <p>TE2 prisão simples</p> <p>TE1 pena restritiva de direitos</p> <p>TE2 interdição temporária de direitos</p> <p>TE2 limitação de fim-de-semana</p> <p>TE2 Prestação de serviços à comunidade</p> <p>TE2 Prestação pecuniária</p> <p>TE1 pena-base</p> <p>Perdimento de bens</p> <p>Pena definitiva</p>	<p>Decadência (direito penal)</p> <p>Pena acessaria</p> <p>Pena alternativa</p> <p>Pena corporal</p> <p>Pena cruel</p> <p>Pena de morte</p> <p>Pena de talião</p> <p>Pena pecuniária</p> <p>Pena privativa de liberdade</p> <p>Pena restritiva de direitos</p>
	TR	<p>Ação penal</p> <p>Agravamento da pena</p> <p>Apenado</p> <p>Caráter perpétuo</p> <p>Cominação da pena</p>	<p>Absolvição sumária</p> <p>Apenado</p> <p>Auxilio-reclusão</p> <p>Carater coercitivo</p> <p>Caráter retributivo</p>	<p>Anistia</p> <p>Comutação da pena</p> <p>Graça (direito)</p> <p>Indulto</p> <p>Livramento condicional</p>

		<p>Comutação da pena Condenação Condenação cumulativa Condição Resolutiva Detração Dupla punibilidade Dupla tipicidade Elemento de prova Fixação de pena Inquérito policial em curso Lei de execução penal Método trifásico Mínimo legal Prevenção do crime Princípio da individualização da pena Regressão de regime Remissão da pena Requisito Temporal Ressocialização Retribuição ao mal causado Sistema do duplo binário Sistema vicariante</p>	<p>Cominação da pena Comutação da pena Condenação Condenado Condições pessoais Cumprimento da pena Delito Detração Diminuição da pena Execução provisória da pena Fixação da pena Gradação da pena Individualização da pena Isenção da pena Limite da pena Natureza condenatória Norma penal incriminadora Preceito secundário Previa cominação legal Princípio da humanidade das penas Princípio da intransferibilidade da pena Prisão domiciliar Prisão-albergue Remissão da pena Semi-imputabilidade Sentença penal condenatória Sistema vicariante Substituição da pena Unificação das penas</p>	<p>Punição Sanção Sanção Penal Sursis</p>
Prescrição	TG	Causa de extinção da punibilidade		

TE	<p>Prescrição antecipada</p> <p>Prescrição aquisitiva</p> <p>Prescrição bienal</p> <p>Prescrição em curso</p> <p>Prescrição extintiva</p> <p>Prescrição intercorrente</p> <p>Prescrição parcial</p> <p>Prescrição quinquenal</p> <p>Prescrição total</p> <p>Prescrição trintenária</p> <p>Prescrição vintenária</p>	<p>Prescrição antecipada</p> <p>Prescrição aquisitiva</p> <p>Prescrição da pretensão executória</p> <p>Prescrição da pretensão punitiva</p> <p>Prescrição extintiva</p> <p>Prescrição intercorrente</p> <p>Prescrição retroativa</p> <p>Prescrição superveniente</p> <p>Prescrição anua</p> <p>Prescrição antecipada</p>	<p>Prescrição (direito civil)</p> <p>Prescrição (direito do consumidor)</p> <p>Prescrição (processo civil)</p> <p>Prescrição trabalhista</p> <p>Prescrição tributária</p>
TR	<p>Causa impeditiva</p> <p>Causa interruptiva</p> <p>Condição resolutiva</p> <p>Crime instantâneo de efeitos permanentes</p> <p>Data do crime</p> <p>Declaração de ofício</p> <p>Denúncia</p> <p>Extinção da punibilidade</p> <p>Extinção do processo com julgamento do mérito</p> <p>Lançamento por homologação</p> <p>Maior de setenta anos</p> <p>Menor de vinte e um anos</p> <p>Natureza trabalhista</p> <p>Nota verbal</p> <p>Parcela mensal</p> <p>Prazo</p> <p>Prazo máximo</p> <p>Prazo mínimo</p> <p>Preclusão</p> <p>Prestação salarial</p>	<p>Ato inequívoco</p> <p>Calendário judiciário</p> <p>Causa extintiva</p> <p>Causa impeditiva</p> <p>Causa interruptiva</p> <p>Causa modificativa</p> <p>Causa suspensiva</p> <p>Cinco anos</p> <p>Constituição do crédito</p> <p>Decadência</p> <p>Direito de ação</p> <p>Dois anos</p> <p>Dormientibus non securret jus</p> <p>Doze anos</p> <p>Extinção do crédito tributário</p> <p>Extinção do processo com resolução de mérito</p> <p>Fundo de direito</p> <p>Perempção</p> <p>Período pretérito</p> <p>Prazo</p> <p>Prazo geral</p>	<p>Decadência</p>

				Preclusão Preclusão consumativa Princípio da acrío nata Três anos Um ano Vinte anos	
Reincidência	TG	Circunstância desfavorável	circunstância pessoal		Circunstância agravante
	TE	Reincidência específica Reincidência genérica	Reincidência específica Reincidência genérica	Reincidência específica	
	TR	Antecedente criminal Circunstância agravante Condenação anterior Condenado Reincidente		Condenação anterior Condições pessoais Contumácia Novo crime Prisão preventiva Reabilitação	
Sonegação	USE/UP				UP Reincidência (direito penal)
	TE	Crime de sonegação fiscal		Sonegação fiscal	Sonegação fiscal
	TR	Imposto Princípio de Non Olet Taxa Tributo		Notificação de débito	Mercadoria apreendida
Suborno	TR	Corrupção Propina		Corrupção	Corrupção
	USE/UP				UP Propina
Usura	TG			TG1 Crime contra a economia popular TG2 Crime TG3 Delito	
	TE			TE1 Usura pecuniária TE1 Usura real	
	TR	Agiotagem		Ágio	Agiotagem

		Juros Lei de usura	Agiotagem Juros Lei de usura Lucro	Juros
--	--	-----------------------	---	-------

